INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 15 - Nº 5 - 15 DE MAIO DE 1995 - R$ 5,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



MICROBACIAS:
HARMONIZANDO CRESCIMENTO E MEIO AMBIENTE

SALAZAR BRANDÃO:
fontes de financiamento agrícola

COMO OTIMIZAR OS RECURSOS DA PESQUISA

ECOPROTECIONISMO À VISTA

O Mercosul taí... Você está informado?



Assine

MERCOSUL

REVISTA DE NEGÓCIOS • MERCADO DO CONE SUL

editada pela

FCESP

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Preencha o cupom, escolha uma das formas de pagamento, recorte na linha pontilhada e envie pelo correio para a revista MERCOSUL,
Av. Paulista, 119 - 5º andar
01311-000
São Paulo - SP - Brasil

SIM, desejo receber a revista **MERCOSUL** durante um ano (**12** edições)

NOME: _____

EMPRESA: _____

CARGO: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO/PAÍS: _____

TEL.: _____ FAX: _____

BRASIL

☐ Anexo a este cupom, estou enviando para a revista MERCOSUL cheque nominal à Federação do Comércio do Estado de São Paulo no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais).

☐ Anexa a este cupom, estou enviando para a revista MERCOSUL cópia xerox do comprovante de depósito no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais) no BANESPA - Agência 228 - Conta nº 13.01900-0 ou no BANCO DO BRASIL - Agência 1189-4 - Conta nº 20.000-X

☐ VISA

Autorizo o débito de R$ 50,00 (cinqüenta reais), em 1 pagamento, em meu Cartão de Crédito VISA

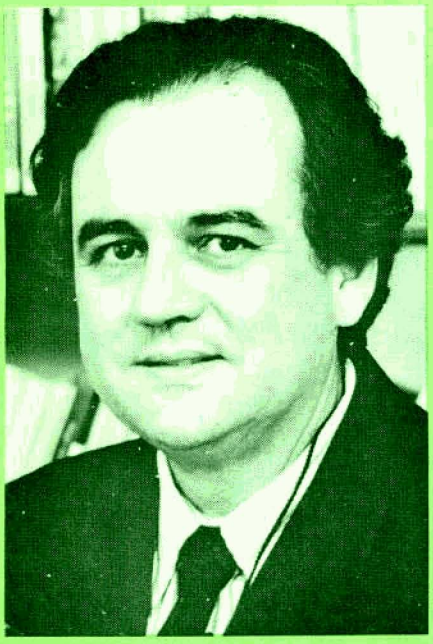
nº | | | | | | | | | | | | | | | |

Validade (não deixe de preencher) ____/____
mês / ano

____/____/____
Data

_____
Assinatura (igual à do cartão)

Alternativas de financiamento



Antonio Salazar Brandão

Permitir a entrada de produtos agrícolas subsidiados na origem, sem a devida taxação compensatória, equivale a aplicar um imposto adicional sobre a produção agrícola brasileira.

Essa afirmação, se tivesse saído da boca de alguma liderança rural, não traria maior novidade. Mas quem a fez foi um conceituado professor de economia, o professor Antonio Salazar Brandão, que assumiu recentemente a direção geral do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Dono de uma sólida formação teórica, o prof. Salazar é um especialista em economia agrícola. Em 1978, doutorou-se na Purdue University. Desde sua volta ao Brasil, vem lecionando economia agrícola e macroeconomia na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getulio Vargas.

O prof. Salazar é contra qualquer proteção duradoura e generalizada à agricultura. "Agricultura é um negócio como outro qualquer", costuma dizer.

Bastante preocupado com os desdobramentos do Plano Real, o prof. Salazar concedeu essa entrevista a Agroanalysis, *onde discute, entre outros temas, as fontes alternativas do financiamento à agricultura.*

■ *As tentativas de estabilização da economia, em especial o Plano Real, levaram as taxas de juros a patamares elevados. Isto é um dos requisitos da estabilização? Quais os mecanismos alternativos da política econômica?*

— A experiência internacional mostra que, no início do processo de estabilização, as taxas de juros reais normalmente sobem. E por que elas sobem? Porque sempre existe desconfiança no início do plano de estabilização. O primeiro momento é de grande ansiedade, de grande incerteza com relação aos resultados do plano. A autoridade monetária tem que elevar a taxa de juros, no início do plano, para evitar que se especule contra ele. E, claro, isto tem um impacto não só sobre a agricultura, mas também sobre todos os setores da economia, pois encarece o custo de capital, elevando o custo de fazer negócios. Mas este é o preço que temos que pagar para atingir a estabilização lá na frente.

O problema no Brasil, não só para a agricultura, mas para todo o setor produtivo, é que esse custo — a taxa real elevada — perdura há muitos anos. Os vários planos de estabilização econômica não foram acompanhados pelas necessárias reformas estruturais: reforma fiscal, reforma da Previdência, Banco Central independente, uma série de medidas dessa natureza, que nós, até o momento, não conseguimos realizar. Eu diria que houve algum progresso no Brasil em termos fiscais, se compararmos o que acontece agora com o que acontecia no começo dos anos 80. Ainda assim, se olhamos para frente, não existe um sinal de que o problema fiscal brasileiro esteja resolvido. A começar pelo fato de o maior problema, a Previdência Social, estar fora do orçamento fiscal.

■ *A agricultura sempre julgou que seria favorecida pela estabilização em razão da suposta queda da taxa de juros. Como explicar esse equívoco, já que estabilização tem sido sinônimo de juros altos?*

— Outra vez, gostaria de ressaltar que o setor agrícola não é o único prejudicado neste aspecto. Todo o setor produtivo sofre com os juros altos.

Em alguns planos, especialmente no Plano Real, a agricultura teve uma penalização adicional. Sendo o setor mais aberto da economia brasileira, sofreu com a valorização do câmbio que afetou negativamente os preços recebidos pelos produtores. De um lado, o custo de fazer negócios aumentou muito, por causa da taxa de juros; e de outro lado, a receita do setor ficou comprometida em razão do câmbio valorizado.

Em outras oportunidades isso aconteceu de maneira diferente. Houve, por exemplo, no Plano Collor, o descasamento entre a correção monetária da dívida da agricultura e dos preços que os agricultores estavam recebendo. No caso do Plano Real não houve uma quebra explícita de contrato, mas a sobrevalorização do câmbio reduziu a receita média do exportador e tornou o produto importado artificialmente mais barato.

Posteriormente, a TR acabou corrigindo os débitos da agricultura muito acima da evolução dos preços. Aliás, a TR é um indexador no mínimo estranho. Uma taxa de juros

artificial que funciona como indexador.

■ *Qual a tendência da reestruturação do sistema financeiro, que hoje é regulamentado e fortemente segmentado?*

— Se quisermos ter um sistema financeiro mais eficiente, que efetivamente consiga fazer o papel de carrear recursos dos poupadores para os empresários — produtores rurais, exportadores, industriais — ao custo mais baixo possível, é fundamental quebrar essa segmentação do sistema financeiro. A agricultura, durante muito tempo, foi favorecida, entre aspas, por essa segmentação, quando as taxas eram subsidiadas, numa política de governo equivocada, pelas distorções que causou.

O fato é que a sociedade paga um preço muito alto por essa segmentação: um mercado financeiro eficiente, onde os recursos fluem de um setor para o outro, é incompatível com a segmentação do mercado de crédito. A segmentação só faz aumentar o custo de captação e o custo dos recursos para os vários setores. E hoje a agricultura está sendo prejudicada exatamente por essa segmentação, porque a TR é praticamente a base da captação de recursos e, portanto, do crédito agrícola. Flexibilizando a segmentação do crédito e eliminando a indexação — sobretudo a esdrúxula TR — cairão o custo da captação e a taxa de juros cobrada aos tomadores. Com o fim da segmentação ou com a sua drástica redução, a taxa de juros tende a universalizar-se, no sentido de reduzir as diferenças entre as taxas para os diversos tomadores.

■ *Como compatibilizar essa tendência, em especial a da universalização da taxa de juros, com as necessidades de financiamento da agricultura, um setor competitivo e de alto risco?*

— Se eu fosse banqueiro e tivesse dois clientes me pedindo um empréstimo, um industrial e outro produtor agrícola, ambos igualmente honestos, competentes e com garantias iguais, eu emprestaria primeiro para o industrial. Por quê? Porque o risco da agricultura é muito maior do que o risco da indústria. Portanto, a política agrícola deve criar condições para que a agricultura reduza seu risco, para que o produtor venha a ter maior acesso ao crédito, de forma competitiva com os demais segmentos econômicos. Ou seja, sem crédito cativo.

Por exemplo, emprestar dinheiro para produtores de feijão, há 20 anos, era uma operação de altíssimo risco. Há 15, 20 anos, a produtividade do feijão tinha uma variabilidade incrível e, em conseqüência, os preços do feijão também variavam absurdamente. Há alguns anos, eu fiz um estudo sobre a flutuação dos preços dos produtos agrícolas e me assustei com os resultados do feijão. Uma vez efetuado o plantio, o produtor de feijão poderia quebrar ou enriquecer, quando da colheita.

Hoje, a situação é bem diferente. Variedades mais resistentes foram obtidas, muitos produtores irrigaram suas áreas, várias safras são colhidas durante o ano. E a variabilidade da produção e dos preços, hoje, é muito menor. Ou seja, a tecnologia reduziu significativamente o risco extremo do feijão.

Os vários planos de estabilização econômica não foram acompanhados pelas necessárias reformas estruturais: reforma fiscal, reforma da Previdência, Banco Central independente...

Mas como reduzir o risco normal de mercado? O mecanismo por excelência é o mercado futuro. Temos que procurar desenvolver este mercado no Brasil, para que os agricultores possam usar este instrumento de forma mais corriqueira. Como, porém, operar essa transição? O que fazer, até termos um mercado futuro líquido e estruturado? Uma primeira medida seria permitir que os produtores pudessem operar nos mercados futuros mais tradicionais, no exterior. Mas isso não é a solução. Precisamos de um mercado futuro aqui. Acho que o governo deve e pode facilitar essa transição. Como ele pode fazer isso? Primeiro pela criação de infra-estrutura de comercialização agrícola, de negociação agrícola, tanto de mercado físico quanto de mercado futuro. Hoje, os custos de comercialização são muito altos, em parte porque a infra-estrutura é ruim: a infra-estrutura de telecomunicações é ruim; a de transporte, nem se fala; a de difusão da informação, então... E os impostos? O ICMS, da forma que está estruturado, inviabiliza o mercado futuro. Portanto, o governo tem muito a fazer para facilitar a difusão do mercado futuro como instrumento de transferência de risco de preço da agricultura.

■ *E o risco de quantidade, ou seja, o da quebra da produção?*

— O instrumento clássico é o seguro agrícola. No papel, o seguro agrícola é uma idéia ótima. Só que não funciona. Ou melhor, funciona, mas é caríssimo. O setor privado não se interessa pelo seguro agrícola, por problemas que os economistas chamam de "azar moral". Quer dizer, o próprio agricultor contratante do seguro pode controlar a probabilidade do evento, a quebra de safra.

Muitas pessoas vêem o seguro como a panacéia que poderá resolver o problema de risco de quantidade. A experiência internacional, entretanto, tem indicado que o seguro não é a forma ideal. Você pode ter um seguro especial contra acidentalidades, como fenômenos climáticos generalizados; mas não um seguro agrícola tradicional. Acho que o risco climático da agricultura tem que ser tratado com tecnologia, irrigação, desenvolvimento de variedades mais resistentes, coisas desse tipo. Os custos do seguro agrícola tradicional são muito altos. O México, por exemplo, teve que acabar com o seu sistema governamental de seguros, porque é um negócio inviável. No Japão, o sistema de seguro funciona muito bem, só que custa US$500 por hectare! Você manda o fiscal, depois manda o fiscal do fiscal, e assim vai. É extremamente caro.

■ *Por que o mercado futuro de produtos agrícolas não deslanchou no Brasil?*

— Por uma série de razões. A começar pelo comportamento do próprio governo. Como eu disse, a sistemática de recolhimento de ICMS inibe o desenvolvimento do mercado futu-

ro. Além disso, o Brasil tem uma tradição fortemente intervencionista, característica dos governos fortes dos anos 80. Isso está mudando. Acho também, e isso ficou claro em conversas na BM&F, que a ponta dos compradores tem sido muito resistente. Não tenho uma explicação pronta, mas me parece que a ação do governo, hoje e no passado, atrapalhou muito o desenvolvimento desse mercado.

Por exemplo, a política de crédito subsidiado, que vigorou até meados dos anos 80, acabava funcionando como um amortecedor de risco, substituindo, ainda que parcialmente, a função tradicional do mercado futuro. O governo precisa ajudar o desenvolvimento desse mercado.

■ *Esse auxílio do governo passaria, por exemplo, por uma aplicação compulsória dos fundos de commodities no mercado futuro?*

— Não gosto dessa idéia. Isso segmenta o mercado financeiro. Se há uma aplicação compulsória, imediatamente acontece a segmentação e, com isto, criam-se alguns custos adicionais para a eficiência da intermediação financeira. O governo tem que apoiar o mercado futuro no sentido de dar regras estáveis, dar infra-estrutura. Não acho que o governo deva subsidiar o setor agrícola de uma maneira contínua, mas não vejo nada de errado quando o governo, por exemplo, abre uma rodovia ou quando fornece infra-estrutura de telecomunicações a determinadas regiões do país para melhorar o funcionamento do mercado. Ele pode até "doar" e se ressarcir no futuro dessa doação. Pode reaver os seus custos, por meio de taxas, contribuição de melhoria etc. Isto me parece bastante factível. Acho que as aplicações compulsórias de longa duração são ruins para o mercado financeiro como um todo e para a própria economia.

■ *Quais os mecanismos de que o governo dispõe para apoiar a agricultura, nesse momento que se caracteriza por juros altos e preços agrícolas baixos?*

— A ajuda direta à agricultura deveria vir de uma política macroeconômica estável, da realização das reformas que têm que ser feitas, como a reforma fiscal e a da Previdência, e, muito especialmente, de uma política cambial estável. Creio que só conseguiremos uma política cambial estável quando conseguirmos acertar os outros instrumentos, mormente a política fiscal. Não vejo por que executar uma política direta de favorecimento, de proteção à agricultura.

É claro que há um problema bastante complicado, do passado recente, que precisa ser resolvido. Falo da dívida da agricultura. Mas o importante é que essa discussão tem que ser completamente separada do que será a política agrícola para o futuro. Esse problema da dívida tem causas diversas, mas que não podem condicionar o desenho de uma nova política agrícola.

No caso do Plano Real não houve uma quebra explícita de contrato, mas a sobrevalorização do câmbio reduziu a receita média do exportador e tornou o produto importado artificialmente mais barato.

■ *O endividamento da agricultura pode decorrer, em grande parte, da aplicação de índices diferentes na correção dos débitos da agricultura e de seus preços, e, também, da própria evolução dos preços agrícolas. Não seria conveniente que as autoridades procurassem estudar que parcela da dívida decorreria de cada um desses fatores?*

— É claro! Acho que esse problema da dívida da agricultura se formou não porque os agricultores sejam incompetentes ou maus pagadores. Nada disso. Existem causas múltiplas. Uma delas foi o descolamento que houve entre preços agrícolas e correção monetária. Algumas vezes, esse descolamento é um fenômeno de mercado e, neste caso, o governo não tem nada que fazer. É parte do risco do negócio, parte do risco de viver numa economia indexada e inflacionada, como é a brasileira. Outras vezes, claramente, a culpa foi do governo. No Plano Collor, vários contratos foram quebrados. Em relação à agricultura, foram adotados compulsoriamente índices diferentes para a correção dos débitos dos produtores e a dos preços, fazendo com que o equilíbrio entre o ativo e o passivo do setor agrícola fosse desfeito. É fundamental que, hoje, alguém se debruce sobre esse problema para tentar separar o que é erro do governo do que é resultado do mercado. É claro que existem, também, maus agricultores, agricultores desonestos. Deve-se equacionar o problema separando essa dívida: parte dela se deve a isso e parte se deve àquilo. Isto seria importante para os agricultores e para as instituições financeiras afetadas pelo problema.

■ *Como se administra o risco agrícola? Qual é a experiência internacional?*

— Como eu já disse, o risco agrícola é bem maior que o de outras atividades. O próprio risco de preço para a agricultura é um pouco maior do que para alguns outros setores da economia, porque o processo de produção na agricultura é muito rígido. Alguns outros setores podem administrar melhor o seu risco, reduzindo ou ampliando o período de produção. A agricultura, infelizmente, é um processo biológico, que não pode ser mudado. Ou que pode ser alterado apenas de uma maneira muito lenta, pelo investimento em tecnologia.

Como se pode administrar isso? Como eu também já disse e repito, acho que o instrumento mais adequado para cuidar do risco de preço é o mercado futuro. Esta é, indubitavelmente, a maneira mais barata de reduzir riscos. Os agricultores, quando não existe mercado futuro, encontram outros caminhos. Podemos citar vários exemplos: o consorciamento de culturas é uma maneira de você diversificar, de você evitar o risco. Qual é a desvantagem do consorciamento de culturas? É muito caro; impõe um sacrifício grande de produtividade para fazer face ao risco de preço.

Alguns países do mundo têm programas de estabilização de preços. Um desses programas, que o Brasil tentou implementar por algum tempo, eram as regras de co-

mercialização — as bandas de preços em que se fixava o limite inferior e superior para a variação de preço. Era um instrumento interessante. Hoje está muito difundido. Todos estes instrumentos, porém, precisam ser administrados e considerados dentro da sua potencialidade. O Chile, por exemplo, foi um país muito bem-sucedido na administração de risco mediante bandas de preços. Mas o programa chileno limitou-se a dois ou três produtos, e essa foi uma das razões do sucesso do programa. Não vejo de que forma um país como o Brasil, que tem uma agricultura tão diversificada, poderia fazer bandas de preço para todos os produtos, sequer para um número expressivo de produtos. Certamente conseguiria para uns, não conseguiria para outros.

Um estudo que fiz, há algum tempo, conclui que uma banda de preço para o feijão poderia de fato reduzir muito o risco de preço. Mas o custo para administrar a banda, o tamanho do estoque necessário, tornava impraticável o sistema.

Existem vários instrumentos que podem ser usados durante a transição entre a economia regulamentada, altamente controlada de algum tempo atrás, e a economia de mercado que desejamos. O governo terá que acionar alguns desses instrumentos durante o processo de transição.

Infelizmente, a experiência mundial mostra que os governos acabam usando esses instrumentos de administração de riscos para outros objetivos, como para proteger ou taxar a agricultura. Quando o governo aplica uma banda de preço e começa, de repente, a aumentar ou diminuir muito os preços, em vez de estar reduzindo o risco, passa a aumentar o risco. É o que o nosso colega Mauro Lopes chamou de "risco institucional".

Há alguns anos, quando o governo detinha o monopólio da comercialização de trigo, alguns colegas e eu fizemos um estudo que comparava a variabilidade de preço que acontecia com intervenção e aquela que ocorreria sem intervenção. Resultado: o coeficiente de variação era maior com o monopólio estatal da comercialização do que seria se a intervenção fosse suspensa. Constatamos o que todos sabemos. O governo, em alguns casos, efetivamente, cria ineficiências.

■ *Muitas vezes, a intervenção do governo acaba impedindo certos ajustamentos. Se a intervenção é menor, o mercado acaba encontrando seu próprio caminho. Por exemplo, o feijão, hoje, tem uma variação de preços bem menor do que no passado, porque agora você tem a irrigação, as várias safras anuais. E foi justamente a grande variação de preços do passado que possibilitou o desenvolvimento da tecnologia que atenuou a variação.*

— Muitas vezes os agricultores encontram seu próprio caminho. Não sei se eles sempre encontram o caminho mais barato.

■ *Mas nada garante que a intervenção do governo faça isto ser mais barato, não é?*

— Claro que não, pelo contrário.

A TR acabou corrigindo os débitos da agricultura muito acima da evolução dos preços. Aliás, a TR é um indexador no mínimo estranho. Uma taxa de juros artificial que funciona como indexador.

■ *Os instrumentos tradicionais da política agrícola estão exauridos em alguns casos e, em outros, são incompatíveis com a abertura econômica. Existem instrumentos alternativos para a condução da política agrícola?*

— Penso que a agricultura não merece um tratamento diferenciado em relação aos demais setores, ou não carece dele. É necessário, isto sim, garantir que as regras do jogo serão respeitadas. Com a internacionalização das economias, é fundamental garantir regras estáveis e iguais para todos — o que, é claro, não acontece se os países ricos subsidiam suas exportações agrícolas, impondo, implicitamente, uma taxação às agriculturas dos países importadores.

Isso é uma condição essencial para o desenvolvimento de nossa agricultura. É necessário que haja a integração efetiva ao mercado internacional e, ao mesmo tempo, as autoridades e os empresários — exportadores, importadores e os próprios agricultores — precisam aprender a tomar posições, de forma a impedir que produtos subsidiados venham competir deslealmente com a produção doméstica. É preciso usar os mecanismos disponíveis nos organismos internacionais para impedir que isso aconteça. O Brasil, de uma maneira geral, não está bem-preparado para empreender esse tipo de ação. A principal preocupação do setor agroindustrial sempre foi com a política interna, com os preços mínimos, com as variáveis domésticas. E, claramente, essas variáveis serão cada vez menos importantes, e cada vez mais importantes serão os procedimentos no Gatt.

Como enfrentar um painel do Gatt, como fazer isso de uma maneira tecnicamente correta, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista de procedimentos, prazos, coisas desse tipo? Parece pouco mas não é. O Brasil acaba de perder um painel, o do leite, em que tinha inteira razão, por questões de procedimento, se não me engano, de prazo. Acho que esse é o grande desafio de hoje. O governo pode e deve ajudar, mas o próprio setor privado também precisa fazer sua parte. Precisa se informar, adquirir a competência. E existe competência técnica no Brasil sobre esse assunto. É preciso mobilizar essa competência para nos defendermos dessas práticas desleais do comércio.

■ *O que você acha da proposta de extinção dos preços mínimos para produtos comercializados no mercado externo? Quais poderiam ser os mecanismos alternativos de estabilização?*

— Não faz sentido a política de preços mínimos proteger produtos que são negociados internacionalmente. Sobretudo agora, com o Mercosul, se erramos um pouquinho no preço mínimo, acabamos comprando a safra brasileira, a safra argentina, a paraguaia, a uruguaia e a de quem mais entrar no Mercosul. O preço mínimo é um instrumento muito ruim para estabilizar renda de pro-

dutos comercializados externamente.

Isso significa que não se pode fazer nada com relação ao risco de preços? Não é verdade. Embora com constrangimentos legais, que devem ser eliminados, nossos exportadores já desenvolveram mecanismos de *hedge*, empregando as bolsas internacionais. É evidente que devemos suspender os constrangimentos legais, de forma a aumentar o número de agentes com acesso a tais mecanismos de proteção. E devemos trabalhar para termos disponíveis aqui no Brasil esses mesmos instrumentos de *hedge*. Ainda assim, não vejo um problema de risco particularmente delicado em relação a esses produtos.

Em vez de fazer uma banda de preços, que exige intervenção governamental, é possível imaginar um seguro privado. No fundo, seria como uma bolsa, como um mercado futuro, ainda que o mercado não o tivesse desenvolvido. O segurador garantiria o preço mínimo no mercado internacional, cobrando o prêmio com base em estudo atuarial dos riscos daquele preço. Essa idéia não envolve formação de estoque, mantém o governo longe dos negócios e a participação, evidentemente, seria voluntária: quem quer entra, quem não quer não entra. No fundo, isso é um arremedo de mercado futuro, um instrumento de transição, que pode dar até um lucro razoável.

■ *Os fundos de pensão podem vir a ser uma fonte alternativa de financiamento para a agricultura?*

— Os fundos privados de pensão se desenvolverão em decorrência da reforma da Previdência Social. É uma questão de tempo. Eles amadurecerão e ocuparão papel importante no financiamento de longo prazo da economia brasileira, um dos principais problemas do setor produtivo. Outro ponto a notar é que as carteiras de investimento dos fundos de pensão são compostas sobretudo por títulos de baixo risco. Por isso, não imagino que os fundos venham a acumular expressivamente títulos agrícolas em suas carteiras.

Ainda assim, os fundos de pensão podem contribuir, de forma indireta, para melhorar a liquidez da agricultura. Fala-se em um patrimônio da ordem de US$200 bilhões. É muito dinheiro e provocará um significativo aumento da oferta de crédito. Em conseqüência, a taxa de juros de longo prazo tenderá a se reduzir, reduzindo também a concorrência com os demais setores que a agricultura tem que enfrentar, quando disputa recursos de financiamento. Nesse sentido indireto, acredito que os fundos de pensão venham a contribuir para equacionar a questão do financiamento agrícola.

■ *Houve uma inegável contribuição social da agricultura para o sucesso do Plano Real, em decorrência da supersafra e dos preços agrícolas baixos. Alguns defendem a tese de que isso justificaria a realização de um estudo que buscasse valorar essa contribuição social da agricultura,* vis-à-vis *o problema do endividamento. O que isso lhe parece?*

— Fico arrepiado toda a vez que escuto esta história. Voltaríamos aos anos 50, 60, quando a agricultura não era tratada como um negócio e sim como uma atividade digamos "social". Esperava-se que a agricultura produzisse alimentos baratos, gerasse divisas e excedentes, tudo para financiar o processo de industrialização e urbanização. E, com isso, com esse tipo de concepção, a agricultura foi fortemente taxada, ao longo de décadas.

A contribuição social da agricultura foi significativa por muitos anos, não só no Plano Real. Basta observarmos que seu crescimento na década de 80 ficou muito mais próximo da taxa histórica do que o dos demais setores da economia. Foi uma contribuição importantíssima que facilitou enormemente a nossa passagem pela década perdida. Como isso foi possível? De onde veio tanto fôlego? Em boa medida do aumento da produtividade decorrente dos pesados investimentos em tecnologia realizados nos anos 70. A Embrapa ajudou muito a viabilizar o salto tecnológico, cujos frutos foram colhidos ao longo da década de 80.

Não podemos descuidar dos investimentos de longo prazo na agricultura. E isso não se faz com subsídio, proteção ou com valoração da contribuição social. Tecnologia é fundamental. Educação e treinamento de mão-de-obra na agricultura são investimentos complementares. São investimentos desta natureza que vão propiciar a manutenção do crescimento de produtividade.

A função social da agricultura é maior que a dos demais setores? Possivelmente. Quando a produtividade do arroz aumenta em 20-30%, o impacto social é muito maior do que quando a produtividade da indústria automobilística aumenta 20-30%, pois as pessoas de renda baixa têm uma parcela elevada da sua renda comprometida com o consumo de arroz. Mas nem isso justifica tratamento especial para a agricultura.

■ *Voltando ao Plano Real, o que falta para consolidar a estabilização, para voltarmos a crescer de forma sustentada?*

— Executar as reformas estruturais. Mas a implantação das reformas está quase parada. A questão fiscal não está resolvida. A questão cambial também não. O aumento recente das tarifas de importação é uma medida de curto fôlego. Não resolverá, num prazo mais longo, a questão do balanço de pagamentos. E, em conseqüência, as taxas de juros deverão continuar elevadas.

■ *As reformas interessam à agricultura?*

— O setor produtivo da economia brasileira, inclusive a agricultura, terá que pagar um preço para alcançarmos a estabilização e prepararmos a economia para crescer. Será preciso desacelerar o crescimento de demanda observado nos últimos meses. Ademais, é preciso fazer reformas. E eu acho que a reforma mais importante é a fiscal. Mas precisamos fazer mais: acelerar as privatizações, eliminar os monopólios estatais e consolidar a abertura comercial.

O caminho é difícil, mas os benefícios à chegada são grandes. É preciso executar rapidamente as reformas, e preparar o país para crescer de forma sustentada.

O produtor agrícola brasileiro verá que vale a pena.

CARTAS

Proálcool

Recebi um exemplar de *Agroanalysis*, edição especial sobre o Proálcool, e gostaria de parabenizar os editores pela abordagem profunda e corajosa do tema. Os problemas enfrentados pela agroindústria canavieira são semelhantes aos que afetam a agricultura brasileira como um todo. Portanto, uma revista que aborda assuntos com tamanha competência e seriedade é de grande utilidade para o setor agrícola brasileiro.

Roberto Rodrigues
Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Lavouras alternativas

Venho parabenizar a Fundação Getulio Vargas pela ótima iniciativa de reeditar a revista *Agroanalysis*, que acompanho desde sua criação, em 1977, passando pelas direções dos senhores Paulo Rabello de Castro, Tito Ryff e Sylvio Wanick Ribeiro. Revejo a revista em sua nova forma e desejo sucesso à equipe, agora dirigida pela dra. Ignez Lopes.

Aproveito a oportunidade para sugerir que, à semelhança do que se fez em alguns números da forma antiga, *Agroanalysis* dedique algo de seu espaço a lavouras e outras atividades ligadas ao setor agrícola, que estejam crescendo no país e se apresentem como alternativas para alguns produtores rurais. Sei que existe grande demanda deste tipo de cobertura. Sei, também, que este trabalho, sendo produzido pela FGV, será sempre proveitoso para aqueles que se interessam pelo que se passa no campo.

Omar Tavares
Representante comercial
Rio de Janeiro, RJ

Agricultura forte

Parabenizamos a Fundação Getulio Vargas pela publicação da revista *Agroanalysis*, instrumento valioso de informação para a atividade agrícola nacional e o agribusiness. Esperamos que o governo federal acorde para priorizar o setor primário nacional, única maneira de alavancarmos o Plano Real, estabilizarmos a economia e assentarmos as bases do nosso futuro desenvolvimento agrícola e agroindustrial auto-sustentado. Sem uma agricultura forte, perderemos mais quatro anos e ficaremos à mercê dos cartéis internacionais. Receba os nossos parabéns e esperamos que a *Agroanalysis* tenha uma circulação em constante aumento, devido ao seu alto padrão técnico, e venha conscientizar as autoridades desse país de que, sem uma agricultura forte, não poderá haver desenvolvimento e progresso.

Cornélio de Piero
Grupo Agrossol, Comissão Permanente Pró-Oeste da Bahia e presidente da Associação Baiana de Produtores de Sementes e Mudas, Barreiras, BA.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente Comercial
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 – Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho, Armando Klabin, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Gilberto Ulhôa Canto, Gustavo de Sá e Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Conselho Consultivo

Abgar Renault, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Gilberto Duarte Prado e Rubens D'Almada Horta Pôrto.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Antonio Salazar Brandão**

6 **Cartas**

8 **Especial**

8 **Microbacias hidrográficas: um novo conceito de desenvolvimento rural**
Tito Ryff

12 **Ecoprotecionismo e barreiras sanitárias às exportações brasileiras**
Eliana C. B. L. Viglio

18 **Conjuntura do agribusiness:**

18 **Pesquisa agropecuária**

20 **Preços agrícolas**

22 **Cacau**

24 **Frutas**

26 **Laranja**

30 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

32 **IBGE — Síntese estatística**

34 **Oferta e demanda**

36 **Estatísticas agropecuárias**

42 **Panorama agropecuário**

46 **Panorama internacional**

48 **Legislação agrícola**

52 **Janela aberta**

Editorial

Carta verde

A colheita de uma safra recorde de grãos está se tornando um pesadelo para os produtores rurais. Sem a necessária liquidez de crédito para irrigar os negócios com a comercialização da safra, os preços estão caindo de forma desenfreada sob o peso da abundância da safra, confirmada pelo governo em 81,6 milhões de toneladas. O que é motivo de grande alento para o sucesso do Plano Real e alívio para a equipe econômica pode ter se tornado um peso excessivo para os produtores agrícolas. A agricultura brasileira é um setor capaz de dar pronta resposta aos estímulos do mercado e da política agrícola, principalmente em um regime de estabilidade econômica. Animado pelas perspectivas de expansão do consumo e pelos estímulos embutidos nos preços de garantia do governo, o setor respondeu a tempo.

Verificou-se, mais tarde, que as medidas de estabilização da economia acabaram criando uma grande defasagem cambial, e não somente aumentaram as taxas de juros, como também promoveram o enxugamento do crédito tão necessário no período da comercialização, que se estende de março a maio. No aperto de liquidez os preços despencaram.

O impasse causado pela derrubada do veto do presidente na questão da TR pelo Congresso adicionou novos cortes ao crédito para o setor agrícola no momento em que a supersafra chegava ao mercado. O milho chegou a ser negociado em Santa Catarina a R$4,00 o saco e o arroz a R$6,00, no Rio Grande do Sul. Os agricultores estão encontrando enormes dificuldades para saldar seus compromissos imediatos com os fornecedores e aguardam melhor oportunidade para a realização de seus negócios com a venda da safra.

Negar liquidez aos produtores neste momento apenas transfere para terceiros os ganhos com a comercialização na entressafra. Ademais, reduz a capacidade de autofinanciamento dos produtores e aumenta a pressão por recursos de crédito para o plantio da próxima safra, o que, diante das elevadas taxas reais de juros, convém de todo evitar. Em casos mais extremos, a má comercialização de uma supersafra pode comprometer a capacidade produtiva de segmentos inteiros da agricultura, o que certamente não convém ao país.

A comercialização das safras agrícolas possui especificidades que não podem passar despercebidas pelos tomadores de decisão: a agricultura colhe em três meses o que o país consome em 12. Não se comercializa sem crédito. Além disso, os produtores ainda não dispõem de mecanismos de *hedging* contra os riscos de preços. O governo ainda está devendo reformas na legislação tributária e outras medidas que gerem a credibilidade institucional indispensável para viabilizar o funcionamento de mercados futuros e de outros mecanismos existentes em outras economias para transferir o risco de preços.

Outro fator associado à atual queda de preços tem sido o incremento sem precedentes da importação de grãos, impulsionado pela diferença de preços entre o produto produzido internamente e o produto disponível no mercado internacional, freqüentemente sujeito a subvenções. As importações realizadas na entressafra estão exercendo pressão adicional sobre os preços. Reconhecendo o fato, o governo promoveu recente elevação das tarifas do arroz, de 10 para 20%. Para os demais produtos agrícolas elas estão, contudo, entre 0 e 8%, sendo insuficientes para neutralizar os subsídios da origem e expondo desnecessariamente os produtores nacionais.

Não se trata de questionar a indispensável administração dura do plano, assunto tratado com oportunidade na entrevista desta edição. Mas não pode haver omissão diante de uma questão cujas conseqüências são graves. Qualquer governo de uma nação que leve a sério sua produção de alimentos, em vez de celebrar preços tão baixos, encontraria nesse estado de coisas razões de sobra para se preocupar com os desdobramentos que uma crise dessa natureza pode trazer.

Microbacias hidrográficas: um novo conceito de desenvolvimento rural

TITO RYFF

Com a idéia de desenvolvimento sustentável, as microbacias hidrográficas assumem a função de unidades de referência para a implantação de projetos agrícolas.

A preocupação crescente com os impactos provocados pelo progresso material da humanidade sobre o meio ambiente resultou, nos últimos anos, na substituição do conceito de desenvolvimento econômico e social pelo de desenvolvimento sustentável. É provável, contudo, que o homem ainda não possua o conhecimento científico e tecnológico básico, os meios técnicos de produção e o domínio das variáveis econômicas e sociais indispensáveis à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável. Por isso mesmo, esta implantação obedecerá, certamente, a um mecanismo de aproximações sucessivas, o que oferecerá a vantagem de possibilitar mudanças menos bruscas nos sistemas de produção vigentes e de permitir que ocorram as necessárias adaptações sociais e econômicas.

Também no setor agropecuário, a necessidade de compatibilizar o exercício da atividade produtiva e o processo de conservação dos recursos naturais ampliou o horizonte da noção de desenvolvimento rural. O novo conceito de desenvolvimento rural não deve ser confundido com o incremento do uso de produtos químicos e maquinário agrícola, nem com a simples elevação do bem-estar do homem do campo. Ele exige que sejam explicitadas as condições ambientais que possibilitaram o aumento da produção e da produtividade e a melhoria das condições de vida do agricultor e de sua família.

Programas de microbacias podem revolucionar a forma de atuar das Emater.

Na agricultura, esse mecanismo de aproximações sucessivas requer a adoção de procedimentos que possam reorientar o progresso rural, passo a passo, na direção de um desenvolvimento agrícola sustentável. Isto é, capaz de preservar, ao longo do tempo, a capacidade produtiva dos recursos naturais renováveis. Com este fim, é importante encontrar situações em que a implantação de tais procedimentos possa servir efetivamente de teste para alguns modelos de agricultura voltados para a preservação ecológica e para medir tanto seus impactos ambientais quanto seus resultados econômicos e sociais. Estas situações, para serem adequadas, precisam preencher dois requisitos:

• possuir uma escala geográfica, social e econômica que possibilite uma atuação e um monitoramento eficazes dos resultados por parte dos órgãos públicos e agentes privados envolvidos no processo;

• ter um caráter universal, que permita extrair ensinamentos e experiências capazes de serem difundidos em larga escala.

O que é microbacia hidrográfica

No caso da agricultura, esses dois requisitos acham-se plenamente atendidos no espaço geográfico chamado de microbacia hidrográfica. Com efeito, a microbacia é um espaço geográfico de referência, caracterizado por uma geoestrutura peculiar e delimitado por divisores de água cujo sistema de drenagem converge direta ou indiretamente para determinado curso d'água. Isto confere à microbacia um nível de complexidade ambiental suficientemente elevado para possibilitar a análise de um grande número de interações ecológicas que costumam ocorrer na atividade agrícola. Por outro lado, a presença de água, na superfície e no subsolo, atrai os produtores rurais para as microbacias. Eles podem utilizá-la para irrigação, consumo humano e animal, higiene e lançamento de dejetos, dentre outros usos possíveis. Por essa razão, as microbacias constituem unidades naturais de planejamento agrícola e ambiental, adequadas à implantação de novos padrões de desenvolvimento rural que representem uma etapa no processo de aproximações sucessivas rumo ao ideal de um desenvolvimento rural sustentável.

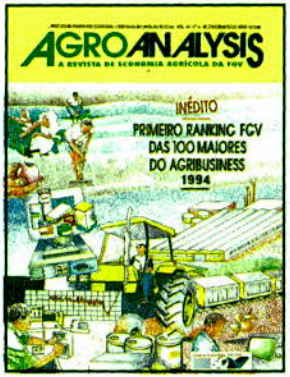
Dentre as vantagens que a microbacia hidrográfica oferece, em termos de gerenciamento simultâneo de seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, destacam-se:

• a possibilidade de proceder ao planejamento e à administração adequados e integrados dos recursos naturais de solo e água;

• a existência de condições geográficas e sociais favoráveis à organização comunitária.

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

SOLICITO

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
Rio de Janeiro — CEP 22253-900

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — TEL: (021) 536-9196 — FAX: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

Com efeito, a escala dos problemas de natureza ambiental — preservação e conservação de recursos florestais, matas ciliares, solo, encostas, cursos d'água, mananciais, flora e fauna — supera a dimensão do estabelecimento individual, tornando necessária a ação coletiva e articulada em torno de objetivos precisos. Além disso, as condições ambientais da microbacia determinam o limite de produção da área e, por conseguinte, de cada um dos estabelecimentos rurais ali localizados, o que torna essa ação coletiva não só necessária como desejável para os agricultores que ali produzem. E, finalmente, a atuação do poder público ganha sinergia quando é exercida de forma concentrada e articulada, e a microbacia oferece o cenário ambiental apropriado à implantação de ações com essas características, voltadas para o desenvolvimento agrícola sustentável.

Objetivos de um programa de microbacias hidrográficas

Em geral, os programas de microbacias hidrográficas têm os seguintes objetivos de caráter ambiental:

• desenvolver uma consciência conservacionista no meio rural, promovendo o uso e o manejo adequados de recursos naturais renováveis;

• melhorar e manter o potencial produtivo do solo por meio de práticas conservacionistas como plantio em nível, cordão de contorno, terraceamento, banquetas individuais, adubação orgânica, calagem, uso de gesso agrícola, aplicação de fertilizantes, manejo de restos de cultura, formação e manejo de pastagens, uso racional de agrotóxicos e reflorestamento;

• proporcionar a utilização racional dos recursos hídricos mediante técnicas que promovam a infiltração da água no solo, de forma a melhorar o abastecimento do lençol freático, regularizando a vazão e melhorando a qualidade da água destinada ao consumo humano e à irrigação;

• recuperar e manter a cobertura vegetal das margens dos cursos d'água, assim como das áreas que não comportam o uso de culturas permanentes ou pastagens;

• promover o reflorestamento de topos de morros e encostas, de maneira a preservar a camada fértil dos solos, as nascentes e olhos d'água, bem como evitar o assoreamento de rios e açudes e o soterramento de áreas férteis de baixadas.

Ao mesmo tempo, a implantação de um programa de microbacias hidrográficas produz resultados importantes de ordem socioeconômica, tais como:

• possibilita o aumento sustentado da produção e da produtividade agropecuárias e, conseqüentemente, o progresso sócio-econômico do produtor rural;

• estabiliza a renda do produtor rural, graças à diversificação dos cultivos e à melhoria dos procedimentos de comercialização;

• cria novas oportunidades de trabalho nas comunidades rurais, contribuindo para a fixação da mão-de-obra no campo e a redução do fluxo migratório;

• estimula o processo de organização rural, permitindo elevar os níveis de participação social nos planos de desenvolvimento de interesse da comunidade;

• aprimora e difunde uma metodologia de desenvolvimento rural que contempla a participação efetiva das comunidades e que passa a fundamentar a ação do poder público.

As microbacias e as Emater

Os programas de microbacias hidrográficas criam, ao mesmo tempo, condições propícias para que ocorram mudanças radicais, sob vários aspectos, na filosofia e nos métodos de trabalho que ainda prevalecem em muitas empresas de assistência técnica e extensão rural (Emater). Os serviços dessas empresas, quando não estão inseridos numa estratégia mais ampla de desenvolvimento rural, muitas vezes acabam gerando, ao longo do tempo, distorções que terminam por desviá-las de sua função original. Aparecem, aos poucos, em sua rotina de trabalho, algumas características negativas, dentre as quais sobressaem: a atitude passiva em relação às questões do desenvolvimento agrícola, a predominância do atendimento individualizado, a dispersão de esforços, o distanciamento dos centros de decisão, o incentivo indireto à desmobilização social e a prevalência da ótica da solução isolada de problemas, em detrimento de uma visão sistêmica.

Microbacias: uma âncora para o programa Comunidade Solidária.

A primeira destas distorções consiste no fato de que a maior parte da atividade dos serviços de assistência técnica e extensão rural é dedicada a responder apenas a demandas de serviço ou a consultas que lhes são encaminhadas pelos produtores. Isto tem um sério inconveniente: faz com que a assistência técnica passe a ter um caráter meramente reativo, ou seja, o de buscar solução somente para os problemas suscitados pelo produtor, acabando por concentrar o atendimento nos agricultores mais conscientes da importância da assistência técnica que são, em geral, também os de nível de renda e grau de instrução mais elevados e, portanto, aqueles em condições de pagar por estes serviços no mercado.

Quando uma Emater atua desta forma, seu relatório padrão limita-se a listar o tipo e a freqüência das visitas que foram feitas aos estabelecimentos rurais e, eventualmente, o problema envolvido ou o tipo de

assistência prestada. Por exemplo: *x* visitas a produtores de tomate, *y* a produtores de quiabo e z a produtores de leite para difundir técnicas de inseminação artificial ou para campanhas de vacinação contra a aftosa. Isto não ocorre, porém, quando os serviços de assistência técnica e extensão rural estão inseridos num programa como o de microbacias. Neste caso, o apoio técnico ao agricultor tem não só um caráter preventivo como é parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. O resultado do trabalho desenvolvido será expresso em indicadores econômicos, sociais e ambientais, tais como o aumento da produção e da produtividade, a melhoria das condições sanitárias da população e os progressos alcançados na recuperação da qualidade dos recursos naturais. O sistema de aferição, por sua vez, será contínuo e duradouro, de modo que todos os efeitos do programa — de curto, médio e longo prazos — possam ser avaliados.

A segunda distorção que, com o passar do tempo, pode ser detectada nos serviços de assistência técnica decorre da primeira. Como o atendimento tem um caráter reativo, ou seja, é acionado sobretudo por uma solicitação do próprio agricultor, acaba por prevalecer a assistência individual em relação à coletiva. A não ser nos casos, menos freqüentes, em que a demanda é encaminhada aos técnicos de forma coletiva, a unidade de atendimento é, em geral, o estabelecimento rural, mesmo quando a abrangência do problema transcende os seus limites. Nos programas de microbacias, ao contrário, a regra é o atendimento coletivo, oferecido à comunidade numa perspectiva de trabalho conjunto para a resolução de problemas comuns.

A agricultura precisa de um mecanismo de aproximações sucessivas que oriente o progresso rural em direção ao desenvolvimento agrícola sustentável.

O terceiro aspecto negativo, que aflige a maioria dos serviços de assistência técnica e de extensão rural, é a dispersão de esforços. O trabalho pontual e desarticulado desenvolvido pelos técnicos é incapaz de provocar o efeito sinérgico que caracteriza os processos de desenvolvimento. Por outro lado, o caráter reativo e individualizado da assistência não produz a massa crítica necessária para quebrar a inércia de sistemas de produção arcaicos, nem se presta à solução de problemas estruturais ou à antecipação de questões cuja relevância cresce com o passar do tempo, como é o caso evidente da degradação ambiental. A assistência técnica oferecida aos produtores nas microbacias, inversamente, é caracterizada pela integração de esforços, não apenas no que diz respeito ao próprio serviço de atendimento técnico e de extensão rural mas também, e sobretudo, no que concerne à atuação deste em sintonia com os órgãos de pesquisa, de fomento à produção e de assistência social no campo da educação e da saúde, notadamente, sem excluir outros.

Com o passar do tempo e a alternância de administrações verifica-se, igualmente, um crescente distanciamento entre a atividade das Emater e as diretrizes dos centros de onde emanam as decisões políticas e técnicas, aos quais estas empresas deveriam estar subordinadas. Este fenômeno acentua ainda mais a desarticulação das ações de política agrícola e é, ao mesmo tempo, causa e efeito dos males apontados anteriormente. Ora, programas como o de microbacias oferecem a oportunidade política e administrativa para o restabelecimento da articulação vertical das entidades públicas ligadas à agricultura, sem a qual a atuação dos órgãos públicos junto à sua clientela tampouco ocorrerá de forma articulada. Com efeito, a desarticulação vertical das estruturas administrativas do poder público acarreta um desentrosamento institucional também no plano horizontal, ou seja, nas comunidades e municípios em que estes órgãos e instituições devem trabalhar de forma articulada. O programa de microbacias permite conciliar a recuperação da articulação vertical, indispensável ao funcionamento eficiente dos órgãos de assistência técnica, pesquisa e fomento à atividade agrícola, com a descentralização das decisões, graças ao processo participativo que caracteriza estes programas. A conciliação dos dois objetivos, à primeira vista contraditórios, é feita por meio de um mecanismo de realimentação (*feed-back*) permanente, pelo qual os centros de decisão processam constantemente a informação vinda do campo, avaliando seu conteúdo e reexaminando, a cada passo, a metodologia de trabalho desenvolvida.

O quinto sintoma que se manifesta, como resultado do processo de desvirtuamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural, é o da desmobilização social dos agricultores. Se o atendimento é predominantemente individualizado e a assistência tem caráter tópico, e não abrangente, torna-se difícil a emergência de uma consciência coletiva a respeito dos problemas globais que afetam a agricultura. Este fenômeno de desmobilização social só não ocorre nos estados em que a tradição cultural permitiu o surgimento de entidades privadas — cooperativas e associações de produtores —, as quais acabam exercendo a função de aglutinar os produtores em torno de seus interesses comuns. Onde estas entidades não se desenvolveram, como nos estados do Nordeste e do Norte do país, por exemplo, a assistência técnica e a extensão rural têm-se mostrado incapazes de atender

à necessidade de despertar a consciência coletiva. Mais uma vez, em contraste com o que ocorre nestes casos, o programa de microbacias permite (e tem até mesmo como um de seus principais objetivos) criar as condições propícias ao surgimento dessa consciência. Assim, se a forma tradicional de atuação das Emater resulta na pulverização do poder político e social da agricultura, a abordagem coletiva e abrangente dos programas de microbacias, ao contrário, produz a concentração deste poder.

E, finalmente, a discrepância mais evidente entre as duas formas de atuar das Emater, a tradicional e a que corresponde a uma visão holística do problema da agricultura, consiste no fato de que a primeira se apóia na ótica da solução de problemas isolados (*problem solving*), enquanto a segunda se baseia na perspectiva do desenvolvimento sustentável (*development oriented*). Esta distinção sintetiza todas as diferenças marcantes que opõem as duas maneiras de conceber o papel dos serviços de assistência técnica e extensão rural. O corolário que resulta desta distinção básica é o fato de que as clientelas sociais beneficiadas pela atuação dos serviços de assistência técnica e extensão rural serão, nos dois casos, substancialmente distintas. Enquanto o atendimento tradicional tenderá a se concentrar nos agricultores mais bem informados e mais afluentes, a nova visão do papel a ser desempenhado pela assistência técnica procurará orientar o trabalho dos técnicos para os estabelecimentos localizados em microbacias hidrográficas e caracterizados por insuficiência de capital, caráter familiar da exploração rural, uso inadequado dos recursos naturais e baixo grau de associativismo.

A microbacia oferece vantagens para o gerenciamento simultâneo de variáveis econômicas, sociais e ambientais.

Metodologia de implantação e complexidade da gestão

Uma das razões que levam, muitas vezes, as administrações estaduais e municipais a preferirem o sistema tradicional de assistência técnica e extensão rural a uma abordagem mais adequada às condições sociais, econômicas e ambientais em que as Emater devem atuar é o fato de que programas abrangentes e interinstitucionais, como o de microbacias hidrográficas, são complexos e, portanto, difíceis de gerenciar. Ao mesmo tempo, seu caráter participativo obriga a um processo iterativo constante entre os representantes do poder público, de um lado, e as comunidades envolvidas, de outro. Tais fatores exigem uma seqüência metodológica de implantação do programa cuidadosamente elaborada, e monitorada ao longo de todo o processo. Assim é que, no caso do estado do Rio de Janeiro, cujo programa de microbacias teve início em 1991, cada um dos projetos a serem executados percorre as seguintes etapas preliminares:

- seleção e caracterização prévia da microbacia;
- inserção no meio social e explicitação da proposta;
- confronto preliminar entre a proposta e as necessidades expressas pela comunidade;
- levantamento e análise de dados técnicos para a elaboração de plano diretor, envolvendo estudos de solos, recursos hídricos, flora, fauna e clima da microbacia;
- formulação das linhas do plano diretor com a participação da comunidade;
- determinação das necessidades educativas para o desenvolvimento do plano;
- desenvolvimento, sistematização e avalização coletiva do plano.

Por último, é preciso destacar que a dificuldade de gestão do programa é sobretudo de caráter político-administrativo. A integração eficiente do trabalho de vários órgão governamentais subordinados a instâncias administrativas diferentes, a busca de um relacionamento adequado com as prefeituras municipais e a obtenção da indispensável agilidade administrativa e orçamentária na operação do programa são obstáculos que, muitas vezes, desestimulam os governantes. Felizmente, porém, vencidas a resistência e a inércia iniciais, os programas de microbacias hidrográficas apresentam rendimentos crescentes, não apenas no que diz respeito aos resultados econômicos e ambientais, mas também no que se refere aos aspectos sociais e político-administrativos de sua execução.

Pelas razões expostas, pode-se afirmar que programas de microbacias se prestam perfeitamente à tarefa de reformular a maneira de atuar dos serviços de assistência técnica e extensão rural, tema que tem sido objeto de preocupação dos formuladores de política agrícola e de técnicos de órgãos financeiros internacionais, como o Banco Mundial. Ao mesmo tempo, num momento em que o governo federal lança o programa Comunidade Solidária, ao que parece inspirado em seu quase homônimo mexicano, projetos de microbacias, pelas suas próprias características, oferecem uma âncora capaz de evitar que a proposta do governo se transforme em mais uma iniciativa de cunho meramente assistencialista.

Ecoprotecionismo e barreiras sanitárias às exportações brasileiras: algumas considerações

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

Mesmo que a rotulagem ecológica ainda não atinja pesadamente os produtos agropecuários, é bom que o setor agroindustrial se mantenha atento aos acontecimentos, a fim de ajustar-se, a tempo, às novas configurações do mercado.

Em um país que ainda não resolveu a questão alimentar sob o ponto de vista quantitativo, o gerenciamento da qualidade nas cadeias agropecuárias não tem representado, salvo algumas exceções, uma preocupação imediata para o produtor rural e os segmentos ligados ao beneficiamento.

O consumidor brasileiro, dadas as suas condições de renda, na maioria das vezes tende a diferenciar os produtos pela variável preço, mostrando-se, em geral, pouco exigente com relação à qualidade. Na realidade, o consumidor interno ainda está francamente voltado para a questão da quantidade, ficando, até certo ponto, um tanto indiferente às estratégias de segmentação e diferenciação do mercado que porventura venham a ser adotadas pelo setor agroindustrial.[1]

Esta importante característica do mercado consumidor brasileiro, aliada ao fato de a tradição exportadora de produtos agropecuários basear-se historicamente em mercadorias de baixo grau de elaboração e baixo valor agregado, limitou a formação de uma cultura empresarial voltada para as questões da qualidade.

Outras foram as razões para que a agroindústria brasileira demorasse a se adaptar à tendência internacional de diversificação do mercado em "novos e cada vez mais exigentes nichos de consumo".[2] A estrutura tradicionalmente concentrada que caracterizou a indústria de alimentos no Brasil nas últimas décadas lhe reduzia a necessidade de brigar pelo mercado final, o que não estimulou a formulação de estratégias de diferenciação de produto. Por fim, o próprio ambiente interno pouco competitivo anterior ao processo de abertura comercial também ajudou a inibir esforços de reorganização no processo produtivo, no sentido de se adaptar às novas exigências qualitativas por parte dos consumidores, cuja tendência mundial é incontestavelmente em direção a produtos cujo processo de elaboração resulte no menor impacto possível sobre o meio ambiente e a saúde humana.[3]

Há necessidade de adaptação a novas e crescentes exigências

O processo de abertura comercial e a própria percepção por parte do sistema agroindustrial destas novas demandas, que também já se difundem entre os consumidores brasileiros, têm induzido paulatinamente a mudanças na organização das cadeias agropecuárias. As novas exigências por parte do mercado consumidor implicarão uma reestruturação nos processos de produção agroindustrial, partindo do produto final em direção à retaguarda agropecuária e à indústria de insumos e fazendo surgir novas formas de relacionamento entre os integrantes da cadeia. Segundo especialistas, "o sistema agroindustrial de alimentos, no mundo, vai por caminho cada vez mais distante do modelo fordista — em que o consumo de massa predomina e segue o padrão voltado para a diversidade de produtos, viabilizado pelas tecnologias modernas de produção industrial".[4]

Para os setores que operam tradicionalmente no mercado externo, a manutenção dos rigorosos padrões de qualidade exigidos pelo mercado internacional é vital para a permanência da empresa na atividade.

Um bom exemplo é o setor de fruticultura. À exceção da laranja e da maçã, poucos são os segmentos que adotam comportamentos que lhes assegurem uma boa posição no mercado internacional dentro de uma perspectiva de longo prazo. Como o mercado mundial de frutas é extremamente competitivo e exigente em termos de qualidade, o mercado interno acaba por se tornar mais atraente para o fruticultor do que o externo, uma vez que as diferenças de rentabilidade econômica muitas vezes não justificam procedimentos mais sofisticados nos processos de produção. Esta é mais uma razão, entre um grande número delas, pela qual o Brasil mantém uma posição inexpressiva no cenário internacional, a

[1] Ver, a respeito, Farina, E. Q. M. & Zylbersztajn, D. Relações tecnológicas e organização dos mercados do sistema agroindustrial de alimentos. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, *8* (1/3): 9-27, 1991.

[2] Id. ibid.

[3] Id. ibid.

[4] Id. ibid.

despeito de seu enorme potencial de produção neste setor.[5]

Barreiras ambientais e sanitárias tendem a se fortalecer

A necessidade de adaptação da agroindústria às novas tendências de consumo cresce na medida em que as restrições ao livre comércio em nível mundial tendem, daqui para a frente, a recair sobre as barreiras sanitárias e aquelas destinadas à proteção ambiental, estas últimas classificadas por alguns autores como ecoprotecionismo.

No nível interno, também são detectadas importantes mudanças nos hábitos de consumo, havendo, segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), "diferenciação crescente em relação a fatores ecológicos e dietéticos, o que implica uma maior preocupação com o que se refere à qualidade e à origem dos produtos e sua relação com a saúde".

De modo geral, a agricultura é uma das áreas mais vulneráveis a esta nova forma de protecionismo, uma vez que a atividade em si já constitui uma intervenção radical sobre os sistemas ecológicos naturais, "complexos, multiestruturados, extremamente diversificados e estáveis".[6] Sendo assim, segundo critérios ambientais, a possibilidade de rotulação dos produtos agrícolas é muito ampla, uma vez que, dentro deste ponto de vista, qualquer produto agrícola oriundo de uma plantação organizada seria, *grosso modo*, "antiecológico".

A complexidade da determinação do grau de agressão de uma dada atividade agropecuária ao meio ambiente, pela própria dificuldade de enquadrar estes impactos dentro de escalas lineares de classificação, abre um enorme espaço para o uso de argumentações ambientais com finalidades protecionistas.

Um impacto esperado das restrições ambientais ao livre comércio seria que "as diferenças de custos provenientes de graus distintos de exigências de preservação ambiental traduzem-se em vantagens comparativas para um produtor não sujeito a restrições severas, o que, portanto, deve ser respondido com medidas que protejam o produtor sujeito a maiores restrições".[7]

[5] Farina, E. Frunorte: desafiando estruturas internas e externas na produção e comercialização de frutas. In: *Estudos de caso em agribusiness — o processo de tomada de decisões nas empresas brasileiras.* Porto Alegre, Ortiz, 1993.

[6] Paschoal, Adilson D. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções.* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1979.

[7] Filho, A. P. (coord.). *Ecoprotecionismo: comércio internacional, agricultura e meio ambiente.* Brasília, Ipea, 1994.

Como se sabe, o Acordo Agrícola no Gatt (atualmente Organização Mundial de Comércio) estipulou a conversão de todas as barreiras comerciais não-tarifárias em equivalentes tarifários, processo este denominado tarificação. O conceito de barreira não-tarifária é muito amplo — o Gatt chegou a classificar mais de 40 categorias de barreiras. As mais facilmente identificáveis, tais como quotas, restrições quantitativas, licenças de importação, entre outras, deverão passar pelo processo de tarificação, sendo que as tarifas resultantes serão reduzidas gradualmente, em um mínimo de 15% para cada linha tarifária (produto) e em 36% em média para todos os produtos, ao longo de um período de seis anos.

Um dos efeitos esperados deste acordo é a intensificação das exigências com relação às barreiras não-tarificáveis, tais como padrões sanitários e regulamentações ambientais. Ou seja, uma vez suavizadas as demais restrições, as de cunho sanitário e ambiental podem tornar-se válvulas de escape para possíveis manobras protecionistas.

Um dos efeitos esperados do Acordo Agrícola no Gatt é a intensificação das exigências com relação às barreiras não-tarificáveis, tais como padrões sanitários e regulamentações ambientais.

O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias no Gatt estabelece que as organizações internacionais competentes darão o referencial das regras e disciplinas para orientar procedimentos visando reduzir ao mínimo possível efeitos negativos ao comércio. Entre elas estariam a Comissão do Codex Alimentarius, o Escritório Internacional de Epizootias e ainda organizações internacionais e regionais competentes que operam no contexto da Convenção Internacional sobre Proteção Vegetal.

A Comissão do Codex Alimentarius é um programa conjunto da FAO/OMS que envolve 147 países cujo secretariado está sediado em Roma. Sua função é discutir, normatizar e aconselhar padrões sanitários referentes a alimentos em nível mundial. Os padrões Codex são utilizados apenas como normas de referência, ou seja, estabelecem os limites máximos de tolerância dos fatores; mas continuará sendo competência exclusiva das autoridades nacionais determinar seus próprios limites de aceitação. Alguns países, por exemplo, adotam tolerância zero para aflatoxinas em cereais e leguminosas, quando outros aceitam níveis mais elevados.

No caso de existir algum litígio, ou seja, quando um país entender que uma medida sanitária introduzida ou mantida por outro país é restritiva às suas ex-

portações e não está baseada em normas internacionais pertinentes, o primeiro deverá recorrer à OMC, que, por sua vez, exigirá do outro país a justificativa para tal procedimento, sempre referenciada pelas normas Codex.

Uma pesquisa realizada nos EUA em 1993 indicou que cerca de 50% dos consumidores norte-americanos dão preferência a produtos menos agressivos ao meio ambiente.

Analogamente ao Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, também do Gatt, visa disciplinar o uso de regulamentos técnicos pelos países-membros, de modo que estes não criem obstáculos desnecessários ao comércio internacional. Este acordo contempla, ainda que superficialmente, as questões relativas ao meio ambiente.

Carne e frutas — barreiras sanitárias limitam exportações brasileiras

Em março deste ano, a Comissão das Comunidades Européias impôs uma restrição às exportações de carne bovina *in natura* frigorificada/congelada e em cortes oriunda dos estados de São Paulo e Minas Gerais.[8] A decisão, sancionada em 10 de março de 1995 e com prazo de aplicação até 30 de junho de 1995, ocorreu em razão de as inspeções sanitárias realizadas por especialistas da comissão terem detectado aumento na incidência de febre aftosa naqueles estados. Embora tais medidas não devam causar impacto muito expressivo sobre os exportadores, uma vez que seu prazo de vigência é curto e a parcela de carne bovina *in natura* exportada para a União Européia é relativamente pequena em relação ao total das exportações brasileiras de carne bovina, a repercussão da proibição tem efeito negativo sobre a imagem do Brasil.

Este acontecimento reforça a necessidade de uma monitoração rigorosa da doença, mesmo levando em conta que, por trás das decisões dos importadores, possam estar embutidas outras razões além das de natureza sanitária. Um outro aspecto importante é o fato de haver a possibilidade de manutenção da restrição após as novas inspeções da missão européia, marcadas para maio. O curto prazo de vigência da medida (março/junho) sugere também que este seria apenas um espaço de tempo para que os europeus estudassem melhor o assunto, já que em tão breve período dificilmente as condições sanitárias do rebanho deverão apresentar alterações significativas.

[8] Pelo mesmo motivo o estado de Goiás já havia sido excluído, anteriormente, da condição de fornecedor de carne bovina *in natura* para o mercado europeu.

No caso das frutas tropicais frescas, as barreiras impostas pelos países importadores, sob a forma de regulamentos sanitários e normas técnicas, também constituem um importante exemplo de restrições que limitam significativamente o desempenho do setor fruticultor brasileiro no mercado externo. Os padrões internacionais sanitários e de qualidade são extremamente rígidos, havendo uma grande preocupação com relação às diferentes espécies de mosca-das-frutas, inseto de larga ocorrência nos países tropicais.

Em função da mosca-das-frutas, EUA e Japão impõem severas restrições à importação de frutas tropicais, proibindo a entrada de produtos oriundos de áreas infestadas. Neste caso, a preocupação dos importadores se justifica em função da necessidade efetiva de controlar a migração de pragas via comércio internacional. Entretanto, negociações entre importadores e exportadores também permitem romper o bloqueio, desde que o país exportador consiga estabelecer em seu território "áreas livres de pragas e doenças". Este conceito consta do art. 6º do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias do Gatt, que prevê a concessão de acesso razoável para o membro importador, para fins de inspeção, teste e outros procedimentos relevantes. Um exemplo prático no Brasil é a criação pela Frutas do Nordeste Ltda. (Frunorte) da Comissão Executiva da Área Livre de Mosca-da-Fruta (Coex), uma organização que reúne fruticultores de Mossoró e Vale do Açú, no Rio Grande do Norte, regiões consideradas livres da praga. Como esta é uma área basicamente produtora de melão, apenas duas empresas brasileiras, a Mossoró Agroindustrial S. A. (Maisa) e a Frunorte, sediadas na região, conseguem exportar melão para os EUA.

Na Europa, estudos recentes estimam que o consumidor europeu está disposto a pagar de 5 a 15% a mais por mercadorias de madeira que ostentem rótulos ecológicos.

Certificação ambiental e rotulagem ecológica

As duas abordagens, comércio internacional e meio ambiente, hoje relacionadas, desenvolveram-se de forma dissociada, ou seja, "muitas regras de comércio foram concebidas antes que a preocupação com a proteção ao meio ambiente se tornasse global".[9] O próprio Gatt, criado em 1947, não trata especificamente das questões ambientais e de suas interações com o comércio mundial.

As iniciativas unilaterais de regulamentação de padrões ambientais têm proliferado nos últimos anos,

[9] Filho A. P. (coord.). *Ecoprotecionismo: comércio internacional, agricultura e meio ambiente.* Brasília, Ipea, 1994.

havendo uma tendência nos países industrializados de harmonizar estas normas no âmbito dos grandes blocos econômicos, como o Nafta e a União Européia. Para o Brasil, isto pode implicar restrições comerciais, nos casos em que a legislação nacional em matéria de meio ambiente e agricultura for considerada por aqueles países incompatível com seus padrões internos.

De acordo com o Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana), fórum constituído por diversos setores da economia brasileira que podem vir a ser afetados por exigências de caráter ambiental, um número crescente de consumidores nos países desenvolvidos interessa-se pela qualidade ambiental dos produtos e dispõe-se a pagar mais por aqueles comprovadamente mais sadios. Segundo a mesma fonte, uma pesquisa realizada nos EUA em 1993 indicou que cerca de 50% dos consumidores norte-americanos dão preferência a produtos menos agressivos ao meio ambiente. Na Europa, estudos recentes estimam que o consumidor europeu está disposto a pagar de 5 a 15% a mais por mercadorias de madeira que ostentem rótulos ecológicos.

Os selos ecológicos se apóiam em padrões mais rígidos e diferenciam nitidamente os produtos, o que resulta em desvantagens comparativas para aqueles que não os obtêm.

Um rótulo ecológico é a certificação (por meio de uma marca colocada no produto ou na embalagem) de que o produto que o ostenta possui determinadas qualidades ambientais que o diferenciam de seus similares em função do (provável) menor impacto ambiental que causa durante o seu processo de produção. O selo ecológico também constitui importante instrumento de *marketing* para as empresas que querem ter seus produtos diferenciados no mercado, atribuindo-lhes uma qualidade a mais, além de ressaltar a participação da empresa na melhoria do meio ambiente.

O alto grau de conscientização dos consumidores dos países desenvolvidos culminou com a criação pioneira de sistemas nacionais de rotulagem ecológica. Em 1978, a Alemanha criou o Blau Engel, que 10 anos após o seu lançamento já contava com mais de 3 mil produtos certificados. Com o sucesso do Blau Engel, outros sistemas de rotulagem surgiram no mundo: Environmental Choice (1988, no Canadá), Ecomark (1989, Japão) Green Seal (1990, EUA), Eco Mark (1991, Índia) Eco Mark (1992, Coréia) e Green Label (1992, Cingapura). Todos eles foram inspirados no modelo alemão e no canadense, cujos critérios eram bastante simples e baseados na eliminação de uma ou duas das substâncias poluentes mais significativas do produto. Posteriormente, o enfoque dos rótulos tornou-se mais abrangente e passou a contemplar todo o ciclo de vida do produto, que compreende as fases de pré-produção, distribuição, utilização e eliminação. Esta iniciativa começou nos países nórdicos em 1988 com o selo White Swan, aprofundou-se na França com o NF-Environment e finalmente veio inspirar o European Ecolabel, de 1992, o selo ecológico comunitário.

Todas essas iniciativas são voluntárias e, em princípio, não se enquadram como medidas claramente protecionistas. Entretanto, os selos ecológicos vêm se apoiando em padrões cada vez mais rígidos e diferenciando nitidamente os produtos, o que resulta em desvantagens comparativas para aqueles que não os obtêm. Outro aspecto importante que preocupa os países exportadores é o relativo desconhecimento da extensa lista de requisitos para que um produto obtenha o selo ecológico comunitário, lista de cuja elaboração tais países não participam.

No Brasil, as preocupações com relação ao assunto intensificaram-se em 1992, partindo inicialmente do setor governamental e concentrando-se posteriormente no setor privado. Inúmeras entidades e empresas reuniram-se para definir o modelo de certificação ambiental voluntária, o projeto Selo Verde, coordenado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, cujo objetivo principal é garantir a competitividade das empresas exportadoras.

A iniciativa da International Standards Organization (ISO)

A proliferação dos "selos verdes" nos diversos países e nos grandes blocos geoeconômicos levou a ISO, organização multilateral cujo objetivo é definir um conjunto de normas para sistemas de gestão de qualidade de produtos industriais e serviços, a tentar disciplinar o estabelecimento dos certificados ambientais. Com a publicação da série ISO 14000, que, de modo análogo ao que já ocorre com a série ISO 9000 na gestão de qualidade, constituirá um conjunto de normas de gestão ambiental em torno das quais se fará a certificação, espera-se uma maior harmonização dos procedimentos, visando facilitar as transações comerciais no atual contexto de globalização econômica.

O selo ecológico constitui importante instrumento de marketing para as empresas que querem ter seus produtos diferenciados no mercado, atribuindo-lhes uma qualidade a mais.

A definição das normas ISO 14000, no entanto, é um assunto extremamente controverso, dada a enorme

complexidade e subjetividade da questão ambiental como um todo. Seus prováveis impactos negativos sobre as exportações brasileiras, em particular sobre o setor de celulose, levaram à articulação do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana),[10] constituído por empresas e instituições ligadas à normatização técnica, o qual acompanharia as proposições dos subcomitês componentes do Comitê Técnico 207 (TC-207), responsável pela formulação da ISO 14000. Sabe-se que o setor de celulose está sofrendo pressões dos importadores europeus, que exigem "desde o tratamento de resíduos lançados nos rios e a manutenção das florestas nativas até certas determinações nas relações trabalhistas, entre outras".[11]

[10] Assunto já abordado em Janela Aberta. *Agroanalysis*, *14* (2), 1994.

[11] *Ecoprotecionismo*... Op. cit.

De modo geral, a rotulagem ecológica internacional, em particular a européia, está concentrada nos seguintes produtos: papéis, têxteis, materiais isolantes, tintas, vernizes, xampus, detergentes, produtos de limpeza doméstica, embalagens, refrigerantes, azulejos, máquinas de lavar, desodorantes, sapatos, entre outros. Entretanto, uma vez estando os produtos agropecuários altamente sujeitos à certificação, é bom que o setor agroindustrial brasileiro mantenha-se atento aos acontecimentos, a fim de ajustar-se, a tempo, às novas configurações do mercado interno e externo.

Por fim, sabe-se que há grandes pressões sociais no sentido de que se estabeleça uma nova rodada de negociações multilaterais no âmbito do Gatt, por alguns já denominada Rodada Verde, destinada a discutir a difícil e intrincada relação comércio/meio ambiente.

Frutas tropicais — exigências impostas pelos principais importadores

Produto	Exigências dos importadores	Principais problemas
Abacate	• Frutos pequenos (200 a 300g) • Frutos rígidos • Ausência de marcas na casca	• Variedades inadequadas • Tamanhos grandes • Consistência mole • Proibição de entrada nos EUA e no Japão
Abacaxi	• Cor amarela • Frutos de 500g a 1,5kg	• Cor verde • Coroa grande • Deterioração rápida (fica marrom por dentro) • Fusariose
Caqui	• Cor avermelhada • Ausência de tanino • Frutos rígidos • Frutos limpos	• Cor pálida • Consistência mole • Proibição de entrada nos EUA e no Japão
Figo	• Embalagem adequada • Peso de 50 a 60g • Coloração escura	• Embalagem inadeguada • Deterioração rápida • Proibição de entrada nos EUA e no Japão
Goiaba	• Frutos rígidos	• Amolecimento rápido • Vida útil curta • Proibição de entrada nos EUA e no Japão
Limão	• Cor verde escura	• Nos embarques marítimos, os frutos às vezes chegam amarelados ou se tornam dessa cor após saírem do ambiente refrigerado • Proibição de entrada nos EUA e no Japão
Mamão	• Frutos até 400g • Dependendo do mercado, coloração verde a 1/4 amarelada • Frutos limpos • Nos EUA: atendimento de tratamento fitossanitário pós-colheita exigido pelas autoridades legais	• Antracnose • Podridão peduncular • Consistência mole • Falta de definição de tratamento pós-colheita, para entrada nos EUA
Manga	• Frutos até 500g • Coloração vermelha e brilhante • Ausência de marcas ou manchas na casca • Nos EUA: atendimento de tratamento fitossanitário pós-colheita exigido pelas autoridades legais	• Antracnose • Coloração inadequada (verdosa) • Tamanhos grandes • Falta de definição de tratamento pós-colheita, EUA
Uva	• Bagas grandes • Cachos de até 1kg • Ausência de bagas manchadas • Cachos cônicos e com bagas de tamanho uniforme • Brix adequado e baixa acidez • Nos EUA: atendimento de tratamento fitossanitário pós-colheita exigido pelas autoridades legais	• Desgranação • Resíduos de cobre nas bagas (calda bordalesa)

Fonte: Hortinexa.
Obs: com relação às proibições de importação, estas se devem à possibilidade de migração da mosca-das-frutas. Ver no texto procedimentos para quebra do bloqueio.

VOCÊ SABE ONDE CONSE-GUIR INFORMAÇÕES ECONÔMICAS?

O Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas possui mais de 10 anos de experiência nesta atividade e oferece a seus usuários 4 modalidades de serviços de informação econômica.

BANCO DE DADOS ON-LINE

O ARIES ON-LINE é um serviço de banco de dados que permite ao assinante o acesso on-line a duas bases de dados numéricas sobre a economia brasileira.
As consultas podem ser feitas através da Renpac, rede de telefonia pública ou telex.

CONJUNTURA ELETRÔNICA

Sistema de armazenamento e recuperação em disquete de aproximadamente 500 séries históricas indispensáveis para o acompanhamento da realidade econômica brasileira. O serviço é prestado sob a forma de assinatura anual com entregas mensais de disquetes contendo as atualizações da base de dados.

SERVIÇO AVULSO

No ARIES AVULSO os pedidos podem ser tanto para fornecimento de pequeno grupo de estatísticas econômicas quanto de trabalhos que requeiram algum tipo de tratamento dos dodos.
A solicitação, sem a necessidade de cadastramento prévio do cliente, pode ser feita por fax ou pelo correio.

SERVIÇO DE ALERTA

O ARIES ALERTA permite ao usuário cadastrado selecionar o perfil dos indicadores econômicos que deseja incluir no seu alerta mensal.
Os relatórios do alerta são enviados por fax ou pelo correio.

* * *

Recorrendo à produção de dados da própria FGV ou selecionando informações junto às principais fontes estatísticas, o Banco de Dados atua nos seguintes assuntos:

- Agropecuária
- Contas Nacionais
- Economia Internacional
- Emprego e Rendimento
- Empresas
- Energia
- Indicadores Financeiros
- Índices de Preços
- Indústria
- Setor externo
- Vendas

IBRE/Banco de Dados
Praia de Botafogo, 190 - Sala 830
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22253-900
Tels: (021) 551-9099 - 536-9346
Fax: (021) 536-9846

Pesquisa agropecuária em regime de competição

A reforma da pesquisa agropecuária deve partir de conceitos de competição por recursos e busca de eficiência na produção científica, inclusive com a reforma dos sistemas de departamentos e órgãos em favor de institutos e companhias independentes.

O debate acerca da reforma da pesquisa agropecuária no Brasil ganha uma nova dimensão: a eficiência e competitividade da pesquisa são uma questão muito mais delicada em uma economia aberta do que em um regime comercial fechado e autárquico. Isto porque, na abertura comercial, não só se instala uma concorrência por meio dos bens e serviços mas também se inicia uma competição entre a pesquisa nacional e a pesquisa proveniente do exterior; entre o capital humano do país e do exterior; entre a capacidade de trabalho e a eficiência produtiva dos pesquisadores aqui e lá fora; e, o que é mais sério, entre as formas de organização da pesquisa, que conferem maior ou menor eficiência à produção científica aqui e no exterior. E competição e concorrência, em todos os sentidos, haverão de comandar a alocação de todos os recursos, fatores e insumos — isto é uma lei universal da abertura.

Portanto, a pesquisa agropecuária (a pública e, por que não, a privada também) é uma forte candidata, na abertura, a passar por um processo que lhe confira elevados padrões de eficiência e competitividade. Nesse sentido, acreditamos ser inadiável uma discussão sobre formas de conferir maior eficiência à pesquisa para que haja maior concorrência interna, por meios e recursos, e maior produtividade. Parte dessa discussão deve interessar aos produtores, que poderão beneficiar-se do aumento da eficiência da pesquisa, tanto quanto arcarão com o ônus de eventuais ineficiências nesse setor.

A reforma consistiria, em primeiro lugar, em alocar fundos para a pesquisa apenas dentro de um sistema competitivo. Essa mudança, diga-se de passagem, é mais importante que reformas estruturais, institucionais, organizacionais, ou coisa que o valha. O sistema consiste no seguinte: por um período de tempo, digamos de quatro anos, seria eleita, por intermédio de um conselho de tecnologia e ciência, uma prioridade para a pesquisa nacional (por exemplo, aumento do valor adicionado na agricultura, ou desenvolvimento de tecnologia para o pequeno produtor, ou um pequeno número de metas, senão, se tudo é relevante, não existe prioridade). A prioridade é enviada ao Congresso, que a valoriza dentro do orçamento da União. Aprovado o orçamento, um conselho de pesquisa administra a competição pelos fundos. Aliás, esse conselho deve ser independente da pesquisa (ou ela deve desfrutar de um voto absolutamente minoritário), para evitar conflito de interesses.[1]

Dentro dessa prioridade, os institutos de pesquisa (ou companhias de pesquisa) participariam de um processo licitatório no qual o governo contrataria aquele instituto que oferecesse a melhor proposta e cobrasse o menor preço.[2] Os institutos procurariam fortalecer-se, com administrações voltadas não só para a excelência de seus quadros, mas também para formas mais eficientes de "entregar" seu produto. Para a sociedade interessa não só o cientista mas também a administração eficiente dos escassos recursos existentes. Haveria preocupação com a "comercialização" e o *marketing* do produto da pesquisa.

Com essa forma de competição pelos escassos fundos disponíveis, o Estado passa a não mais operar em um sistema de alocar fundos para departamentos, dispostos sob a forma de organogramas, mas de alocar fundos para compra de um produto gerado pelos institutos de pesquisa. O produto é a pesquisa tal e qual, não o que faz o departamento tal e qual. Fará o produto o instituto mais capaz, do ponto de vista científico, mais eficiente e, sobretudo, mais bem administrado (e, por que não, "comercialmente"?).

É preciso não esquecer que o Estado passaria a valorizar o seu item de gastos e despesas orçamentários pelo produto que precisa desenvolver, e não ter des-

[1] Os fundo competitivos, segundo informações de um revisor deste artigo, já existem e administram a distribuição de recursos para o setor de ciência e tecnologia no Brasil. Pondera-se que a distribuição dos fundos concentra uma parte maior dos recursos em apenas algumas instituições. Isto seria um vício do sistema de distribuição. Alega-se, também, que o sistema de competição por fundos faz com que os pesquisadores se afastem de projetos de risco, transformando-se em escritores de projetos e concentrando muito de suas atenções em "atividades comerciais".

[2] Uma crítica ao sistema de o governo contratar via licitação é a de que isso não aumenta a eficiência da pesquisa. Esta aumentaria com uma maior demanda de pesquisa, com maior remuneração do pesquisador, sendo uma parte fixa e outra dependente dos serviços prestados, e com flexibilidade organizacional, podendo-se demitir, promover e treinar os pesquisadores. Diz-se que a influência política e a dificuldade de exercer a autoridade, demitindo e promovendo, é que são dificuldades do sistema, pelo menos no Brasil.

pesas alocadas automaticamente aos insumos utilizados na produção de um produto qualquer, genérico, denominado pesquisa, até mesmo incerto. Em outras palavras, o Estado gastaria uma soma em um produto específico, apesar de caro, e não em insumos tais como instalações, pessoal, produtos químicos, equipamentos, administração, e todas as formas de despesas. Pode até gastar muito, mas com um produto certo. Os fundos públicos são usados para a compra de produtos e não para custear departamentos e órgãos, insumos, fatores de produção, instalações, pessoal etc.

A reforma da pesquisa agropecuária consistiria, em primeiro lugar, em alocar fundos para a pesquisa apenas dentro de um sistema competitivo e não para órgãos e departamentos.

Os fundos públicos utilizados para o custeio dos departamentos e órgãos da pesquisa iriam ser realocados gradualmente para um fundo nacional de aquisição de bens públicos, que é dever do Estado. Esse fundo cresceria com a compra de produtos acabados da pesquisa. Os recursos seriam usados pelos institutos para produzir cada vez mais e melhor.

Parte indissociável dessa forma de competição pelos fundos da pesquisa é a organização dos órgãos e departamentos em institutos independentes, nos quais o Estado entra com o capital fixo (por meio do investimento inicial e de uma dotação de profissionais capazes), mas sem a garantia de remuneração independentemente do trabalho realizado. É preciso não esquecer que a garantia da remuneração (o salário no fim do mês) é inconsistente com a criação de condições e de motivação para a reforma da pesquisa.

Na composição dos fundos para a pesquisa, pode-se operar em dois sistemas: ou os institutos independentes fazem contato diretamente com os interessados nos "produtos", no caso o governo, organizações de produtores, indústrias etc.; ou o Estado cria um sistema de responsabilidade compartida com o setor privado, em um regime de R$1, por R$1, ou algo similar. Parceria com o setor privado, na qual a administração dos fundos privados ficaria por conta do setor privado diretamente (e não como é hoje, com a administração pública dos fundos privados, arrecadados por impostos; e isso há de fazer uma enorme diferença).

Pode-se (e deve-se) pensar até em conceder isenções fiscais (que os economistas esconjuram, junto com os subsídios) para gerir o difícil ramo do desenvolvimento da tecnologia, de modo que o país possa tornar-se competitivo. Esse assunto de política tecnológica é suficientemente grave para merecer que se considere a isenção fiscal seletiva para interessar o setor privado pela administração dos recursos e da pesquisa. Vale ressaltar que os institutos de pesquisa passam, nesse novo sistema, a competir não só pelos fundos públicos como pelos fundos privados.

Onde fica o investimento público? No capital físico e humano iniciais. Não, porém, no custeio integral de todas as atividades, é claro. O investimento de capital deverá obrigatoriamente ser remunerado, sendo que o Estado pode optar — dependendo do desempenho do instituto, e não com base em critérios caritativos e filantrópicos — por reinvestir os retornos ao capital no próprio instituto, como um bom investimento; o que não deixa de ser um sistema de recompensa (que, hoje, move muitas iniciativas na área de serviços prestados pelo Estado). Para que haja o reinvestimento da remuneração do Estado é preciso que as companhias de pesquisa sejam auditadas por empresas independentes e devidamente certificadas. Assim, além do valor para o país da pesquisa, ela mesma teria que apresentar um retorno aceitável.

A liberdade comercial dos novos institutos ou companhias poderá criar condições de associação de interesses com o setor privado muito mais arrojadas e corajosas do que as que hoje existem. Novas formas e áreas de contratação de serviços técnico-científicos poderão aparecer com a cooperação e colaboração do setor privado, inclusive contratos de longo prazo. Há uma diferença entre ter órgãos e departamentos cuja atividade é fazer pesquisa e ter institutos ou companhias cujo negócio é produzir produtos científicos em bases comerciais. A grande vantagem é que as indústrias do agribusiness se relacionariam com os institutos como parceiros em empreendimentos de interesse comum e comercial (e não como burocracia do governo).

Dentro de uma prioridade, os institutos de pesquisa participariam de um processo licitatório no qual o governo contrataria aquele instituto que oferecesse a melhor proposta e cobrasse o menor preço.

E a pesquisa básica? Nesse caso, falham os princípios de lucratividade, de apropriação exclusiva dos resultados etc. Hoje já se tem uma proposta para tratar da questão da pesquisa básica e outras modalidades de pesquisa pelas quais o setor privado não se interessa. É um novo caminho a ser explorado: uma alternativa é transferir a responsabilidade por esse tipo de pesquisa para instituições semipúblicas, tais como institutos (semiprivados ou semipúblicos), universidades, organizações sem objetivo de lucro etc.; a outra é a concessão de subsídios diretos para atividades de pesquisa exercidas pelo setor privado. Em ambos os casos, fica preservado o princípio de competição e concorrência pelos fundos públicos.

Há exemplos de sistemas similares no Chile, nos Países Baixos e na Nova Zelândia. Experiências bem-sucedidas de parceria da pesquisa com o setor privado há nos casos conhecidos de pesquisas com vegetais no México, com frutas no Chile, com o chá no Quênia e com avicultura na Índia, para citar apenas alguns exemplos.

Essas reformas seguem os princípios básicos do Estado moderno: a) o Estado só deve prover os bens públicos; b) todos aqueles que se beneficiam dos serviços e produtos do Estado devem pagar por eles (quem usa, paga); c) produtores, agroindústria e usuários da pesquisa atribuem aos produtos e serviços dados de graça o mesmo valor que é por eles cobrado (isso é, zero!); d) todos os serviços ofertados pelo Estado deverão atender à norma de orçamentação e recuperação de custos; e) estimular a concorrência. O Estado leiloará os recursos para a compra dos serviços onde estes forem ofertados pela melhor qualidade e os menores preços. Não deve mais haver exclusividade de prestação de serviços. Se o setor privado oferecer serviço melhor, ganha e leva.[3]

MAURO DE REZENDE LOPES

[3] Para maiores detalhes acerca dos princípios das reformas na agricultura e na pesquisa, ver Lopes, M. R. Política agrícola: reformas inadiáveis e subsídios insustentáveis. *Agroanalysis*, *14* (2), out. 1994. Em particular, ver Princípios e idéias-força, p. 10.

PREÇOS AGRÍCOLAS

Preços e abertura de mercado

Alguns produtos da lavoura brasileira sempre foram influenciados pelo desempenho das cotações externas. Na medida em que a economia brasileira se abriu ao mercado externo, os preços internos deveriam passar a refletir de forma ainda mais próxima o movimento das cotações mundiais.

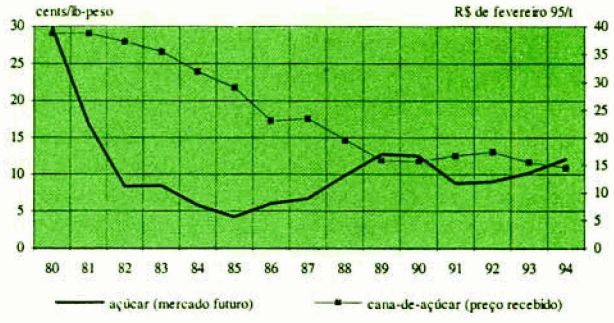
A observação das séries de preços do mercado futuro nas principais bolsas de mercadorias mostra que, no período 1980-94, os preços médios anuais de um conjunto de oito dos principais produtos ali negociados apresentaram, com exceção do café, queda significativa entre 1980 e 1986, recuperaram-se nos anos seguintes, voltando a cair até 1992, para em 1994 registrar nova alta.

Desdobrando-se o agregado em dois subconjuntos, verifica-se que, enquanto o dos cereais, oleaginosas e fibras conseguiu, em 1994, se aproximar do patamar alcançado em 1980, o outro subconjunto, que abrange produtos de longa tradição na pauta de exportações brasileira — açúcar, cacau e café —, apesar de ter seguido trajetória semelhante, não conseguiu recuperar o citado patamar. Note-se que, entre 1993 e 1994, foi justamente este grupo que registrou a alta mais acentuada em suas cotações. São estes, também, os produtos em que o Brasil se destaca como grande produtor e exportador, determinando em boa medida os rumos do mercado. Por outro lado, sua demanda é mais influenciada pelos ciclos de expansão e retração da economia, bem como por modificações nos hábitos dos consumidores.

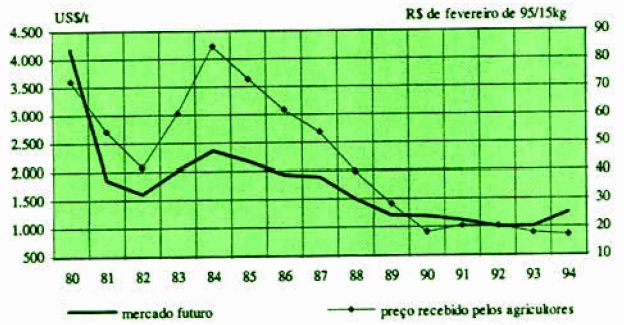
Produto a produto, o desempenho das cotações mostra diferenças consideráveis, embora a tendência do movimento seja semelhante. Apenas a soja, grão e farelo, não registrou aumentos em 1994, relativamente ao ano anterior. Boa parte da explicação está na significativa quebra da safra norte-americana, em 1993, e na substancial recuperação dos níveis de produtividade física da lavoura no ano seguinte. Já o óleo de soja registrou alta nas suas cotações em decorrência da redução na disponibilidade de outros óleos, notadamente o de dendê, ou palma.

Outro fato que explica o desempenho dos preços internacionais em 1994 foi a queda dos estoques mundiais. Pelas previsões do USDA, esta queda não será revertida a curto prazo (embora seja, em alguns casos, amenizada). Assim, é de se esperar que, a médio prazo, a tendência altista dos preços das commodities agrícolas se mantenha. Vários fatores contribuem para alterar este panorama e podem fazê-lo. Do lado da demanda há duas forças contraditórias influindo: os países da ex-URSS atravessam séria crise, de modo que, apesar de registrarem retração na sua produção interna, não deve-

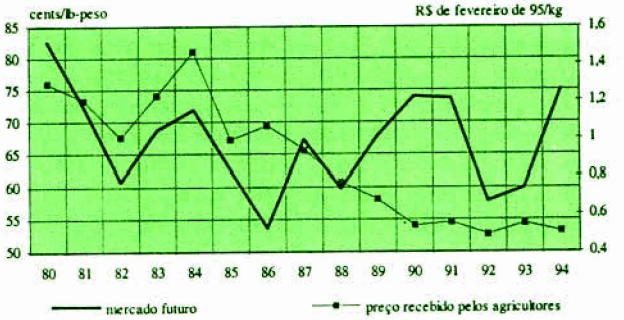
Açúcar e cana-de-açúcar
preço de produtos selecionados



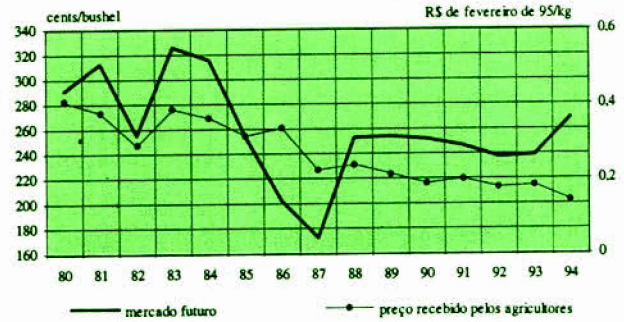
Cacau
preço de produtos selecionados



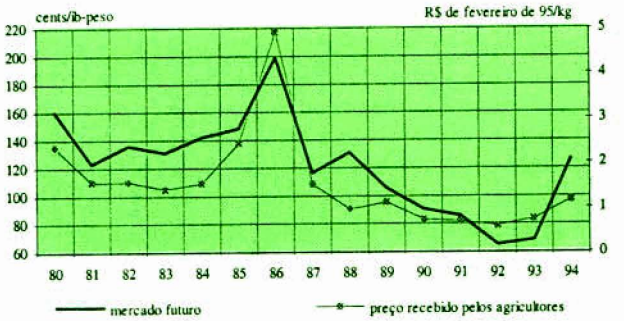
Algodão
preço de produtos selecionados



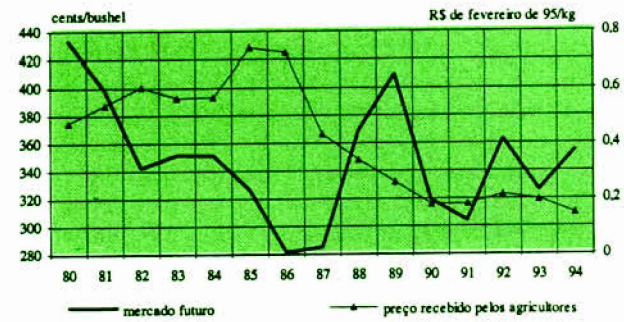
Milho
preço de produtos selecionados



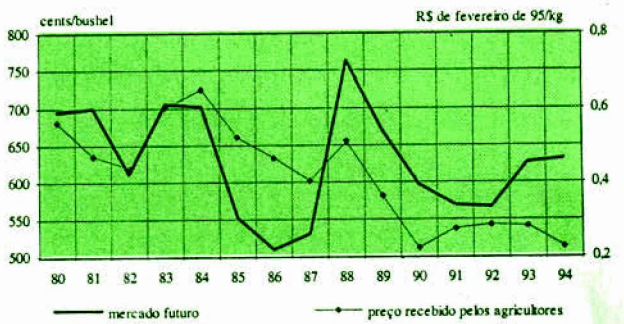
Café
preço de produtos selecionados



Trigo em grão
preço de produtos selecionados



Soja em grão
preço de produtos selecionados



Fonte dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago e Centro de Estudos Agrícolas – IBRE/FGV.

rão importar quantidades significativas. Por outro lado, a China, cuja produção se encontra em franca expansão, está se mostrando também grande importadora. O papel central desta economia tem levado os EUA a incentivarem o aumento das exportações para aquele país. Assim, é difícil prever qual o saldo final das duas forças opostas e, numa hipótese conservadora, pode se antecipar que a demanda se manterá estável.

Os preços de produtos de longa tradição na pauta de exportações brasileira — açúcar, cacau e café — não conseguiram recuperar o patamar do início dos anos 80. Note-se que, entre 1993 e 1994, foi justamente este grupo que registrou a alta mais acentuada em suas cotações.

Já em relação à oferta, há dois grupos de produtos. As lavouras temporárias poderão registrar, no curto prazo, significativa expansão, estimulada pelos preços vigentes em 1994. No que se refere às lavouras permanentes, no horizonte próximo o aumento da oferta será conseqüência de melhoria nos tratos culturais, mas num horizonte mais amplo pode-se esperar que os plantios se expandam e que, mais à frente, tenha início um novo ciclo de queda de preços, quando essa expansão se transforme em maiores colheitas e retomada da acumulação de estoques.

Há, contudo, outros fatores em jogo. No caso do algodão, por exemplo, importantes países produtores registram ataques de pragas, como o bicudo, de difícil combate. Neste ponto, o Brasil se encontra em situação privilegiada, uma vez que conseguiu superar a praga. Quanto ao cacau, a cultura atravessa, no Brasil, uma crise de extrema gravidade, e a perspectiva de importações pode ter como conseqüência que a alta dos preços externos não beneficie o agricultor brasileiro.

Os gráficos, aliás, apontam nesta direção. Em 1994 as cotações futuras do açúcar, do algodão, do cacau, do milho e do trigo registraram altas, enquanto os preços recebidos pelos agricultores caíram.

O quadro se mostrou, assim, favorável no que diz respeito ao combate à inflação. Em 1994, a implantação do Plano Real viu-se beneficiada pelo desempenho dos preços agrícolas. Ao contrário de outras ocasiões, como no Plano Cruzado, no Real os preços dos produtos agrícolas foram fator de contenção dos índices de preços ao consumidor. Mas diferentemente do que se deu em 1986, as cotações das commodities agrícolas no mercado internacional se encontravam em fase ascendente. Como explicar então o movimento dos preços internos?

No plano interno, 1994 foi um ano de safra abundante, tendo se registrado a maior safra de grãos da história do Brasil, o que por si só é um fator de contenção de preços. Por outro lado a taxa de câmbio valorizada barateou os produtos importados, mesmo que seus preços em dólar tivessem subido. Há ainda a considerar que o aperto no crédito, as altas taxas de juros e as facilidades para importar (baixas alíquotas e inexistência de barreiras quantitativas) tornaram atraentes as importações, tanto mais que as condições de financiamento externas foram mais favoráveis que as internas, tanto em termos de custo quanto de prazo.

Os agricultores foram, contudo, beneficiados por uma redução nos custos de produção e desta forma conseguiram colher uma safra que em 1995 deverá superar a do ano anterior. Resta saber se as dificuldades que a comercialização está enfrentando permitirão que os produtores rurais consigam em 1996 colher uma nova supersafra.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

CACAU

A cacauicultura brasileira em crise: importações à vista

Aguarda-se para a safra baiana 94/95, uma quebra de até 15% com relação à safra passada. Para a safra temporã, as perspectivas também não são boas. Prejudicada pela seca e pela vassoura-de-bruxa, a produção poderá sofrer quebra de até 35%.

A recente polêmica gerada em torno da necessidade de importação do cacau em amêndoa, mais do que uma questão fitossanitária ou de proteção dos preços domésticos do produto, evidencia as dificuldades pelas quais o setor vem passando. Embora as cotações internacionais venham se recuperando desde a safra passada, após uma década de preços baixos, a escassez do crédito, as adversidades climáticas e a incidência de doenças na quase totalidade da lavoura (segundo estimativas da Ceplac, a vassoura-de-bruxa e a podridão-parda atingem quase 2/3 dos cacaueiros do sul da Bahia) afetam de forma negativa a produção nacional. Desestimulados com esta situação, os cacauicultores foram gradativamente limitando o manejo adequado da cultura, restringindo os gastos com a adoção de práticas agronômicas recomendadas pela Ceplac. Como conseqüência, a queda da produtividade e o abandono das lavouras aca-

bam provocando sucessivas quebras de produção e um quadro de escassez interna do produto.

A produtividade da lavoura cacaueira brasileira já chegou a atingir 700kg/ha, em 1980. Segundo o último levantamento da produção agrícola do IBGE, a produtividade em 1994 ficou em 471kg/ha, sendo que alguns bolsões localizados no sul da Bahia chegam a apresentar produtividades inferiores a 180kg/ha (12arrobas/ha). É uma redução de mais de 30%, que mesmo diante de um incremento de 45% na área colhida durante este mesmo período não foi suficiente para aumentar a oferta do produto.

Na Bahia, o maior estado produtor, começa em maio a safra temporã de 1995/96 e perdura até setembro. A falta de chuvas na fase de formação dos pequenos frutos acaba promovendo o seu amarelecimento precoce, mumificando-os em seguida. Desta forma, a safra temporã deverá ficar mais uma vez abaixo das expectativas, sendo muito provável que se limite a cerca de 1 milhão de sacas (segundo a Associação Brasileira de Cacauicultores, valores semelhantes foram registrados na safra de 1973/74, quando se colheram apenas 705 mil sacas). Já a safra principal, com a colheita encerrada em abril, foi bastante castigada pela seca que atingiu a região. Estimativas da Comissão do Comércio de Cacau do Brasil (Comcauba) para a safra baiana 1994/95 apontam pouco mais de 4 milhões de sacas. Até o início de abril, as declarações das empresas associadas acusavam recebimento de apenas 3,8 milhões de sacas, volume este 18% menor que a safra passada, quando, até o mesmo período, 4,62 milhões de sacas já haviam sido recebidas.

Com este quadro de forte escassez interna, será difícil imaginar que as indústrias moageiras, que possuem ao todo capacidade instalada para beneficiar 3,5 milhões de sacas/ano, não venham a pressionar novamente por importações da matéria-prima. Além da demanda interna, a produção também deve atender aos compromissos firmados para exportações, que em 1994, segundo a Mercantil de Cacau, totalizaram 3,4 milhões de sacas, ou seja, uma demanda total de quase 7 milhões de sacas contra uma produção nacional que, segundo estimativas do IBGE, no ano fiscal de 1994 atingiu 5,5 milhões de sacas. Mesmo que haja um redirecionamento da produção para o mercado interno, o volume não será suficiente para atender à demanda, aquecida em função da estabilização da economia. Além disto, um dos nossos principais parceiros comerciais, a Argentina, segundo dados da International Cocoa Organization (ICCO), representa um grande mercado consumidor que passou de 270g *per capita*, em termos de equivalentes de amêndoas de cacau, em 1990, para quase 1kg *per capita*, em 1993. Em função destas perspectivas, grandes indústrias brasileiras do setor vêm planejando investimentos para a ampliação da capacidade instalada, visando tanto o potencial aumento da demanda interna como a intensificação do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, favorecido pelas isenções tarifárias promovidas no âmbito do Mercosul.

A cacauicultura brasileira, no entanto, encontra-se em *corner*. Se por um lado a indústria descortina grandes perspectivas, por outro, os cacauicultores descapitalizados não possuem recursos para investir no controle das doenças que se manifestam de forma cada vez mais virulenta e elevar os níveis de produtividade. Dentre as alternativas para as regiões produtoras no sul da Bahia, surgem opções que vão do abandono da cultura à pecuária e ao reflorestamento, que são menos onerosos em

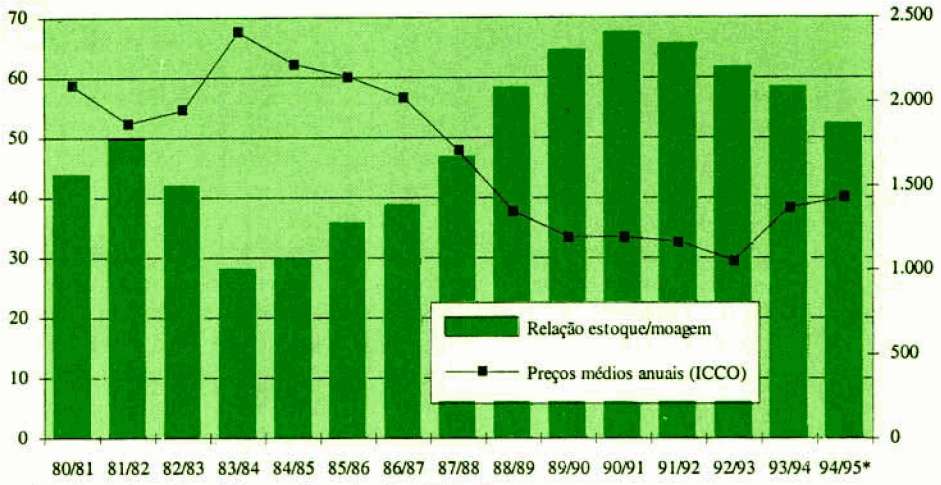
Preços baixos desestimulam tratos culturais

Evolução anual da área trabalhada nas práticas culturais recomendadas pela Ceplac — cacaueiros safreiros — Bahia — 1980-90 (em ha)

		Práticas agrícolas recomendadas pela Ceplac					
Anos	Área safreiro	Combate às pragas	Controle de doenças	Adubação	Calagem	Raleamento de sombra	Aplicação de herbicidas
1980	438.113	368.000	150.900	127.000	21.000	40.000	—
1981	454.315	370.200	161.224	111.500	20.076	20.141	—
1982	476.029	370.300	141.048	128.000	12.000	—	27.800
1983	500.090	354.700	107.313	134.200	12.000	—	29.300
1984	532.181	339.190	113.189	162.000	14.000	—	20.477
1985	558.144	309.004	116.097	180.419	18.391	—	14.089
1986	571.500	294.462	96.169	170.055	20.557	—	14.221
1987	577.639	265.024	78.160	137.368	26.157	—	13.448
1988	591.149	206.304	105.164	123.970	25.097	—	11.142
1989	596.075	116.444	26.129	56.849	12.608	—	4.814
1990	602.717	56.997	20.067	20.158	6.173	—	2.042

Fonte: Assessoria de Planejamento do Centro de Educação e Extensão (Cedex).

Formação dos preços internacionais do cacau
Relação estoques mundiais/moagens



Fonte: International Cocoa Organization (ICCO).
* Previsão.

termos de custos e promovem um retorno mais rápido do capital.[4]

O problema a ser analisado é bem mais complexo do que parece, pois, além do componente econômico, a atividade possui um forte apelo social e ambiental. No âmbito social, ela é responsável pelo emprego de aproximadamente 140 mil trabalhadores, distribuídos em 29 mil propriedades. Em termos ambientais, o sistema de cultivo conhecido por cabruca é responsável pela preservação dos resquícios de mata atlântica da região, mata que serve de hábitat natural para espécies ameaçadas de extinção. Alternativas que levem em consideração estes aspectos podem perfeitamente ser adotadas sem comprometer a garantia de um rentável retorno econômico. O incentivo ao ecoturismo e a criação de um selo verde para comercializar o cacau brasileiro no mercado internacional podem promover significativos ganhos de renda, haja vista a expansão dos mercados de produtos ecológicos na Comunidade Européia.

O balanço mundial de oferta/demanda

As projeções da International Cocoa Organization (ICCO) para a safra internacional de 1994/95, que será encerrada em setembro deste ano, são de que haverá um déficit mundial em torno de 120 mil toneladas de cacau. Além deste desequilíbrio entre oferta e demanda, a relação entre estoques e moagens encontra-se favorável à manutenção dos atuais níveis de preços no mercado internacional. Tal relação vem caindo desde a safra 1990/91 e, como resultado imediato, os preços médios anuais desde então vêm se sustentando com sucessivas altas. No entanto, para que as cotações atinjam níveis satisfatórios e compatíveis com os custos de produção brasileiros, seria necessário que esta relação não ultrapassasse os 33%, ou seja, os estoques garantiriam até quatro meses de moagem e cotações acima de US$2.000/t. Com os atuais 52% de relação, ou o equivalente a seis meses de moagens, as cotações são pressionadas para menos de US$1.300/t.[5]

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

[4] Outras alternativas são descritas brevemente na publicação da Fundação Centro de Projetos e Estudos, *Região Sul da Bahia: panorama geoeconômico*, destacando-se a seringueira, o coco-da-baía e o mamão.

[5] A relação entre a razão estoques/moagens e a formação dos preços internacionais de cacau é analisada por Fernando Rios do Nascimento, coordenador do trabalho A crise da lavoura cacaueira: sua natureza e soluções. *Estudos de Política Agrícola*. Ipea, 1994. (Documento de Trabalho, 26.)

FRUTAS

Maior demanda interna tolhe o recorde nas exportações

O aumento da demanda interna de frutas impediu novo recorde das exportações.

O resultado final das exportações brasileiras de frutas no ano passado acabou não atingindo novo recorde, conforme pareciam sugerir as informações disponíveis até novembro (ver *Agroanalysis*, *15* (2), fev. 1995). Com efeito, dados compilados pelo Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) dão conta de que a elevação dos preços no mercado interno, provocada pelo aumento da demanda (como efeito do Plano

Maçã — produção mundial — 1992/93 a 1994/95

(em mil t)

Região	1992/93	1993/94	1994/95[1]
Hemisfério Sul[2]	3.653,9	3.698,5	3.887,5
África do Sul	633,4	627,2	657,0
Argentina	947,0	1.050,0	1.070,0
Austrália	336,0	321,0	322,0
Brasil	400,0	456,8	487,5
Chile	850,0	800,0	810,0
Nova Zelândia	487,5	443,5	541,0
Hemisfério Norte	31.788,6	32.913,0	32.400,0
Alemanha	3.227,8	1.718,4	2.126,0
Áustria	232,5	318,2	273,3
Bélgica/Luxemburgo	492,1	530,2	527,7
Bulgária	221,2	118,0	110,0
Canadá	564,0	473,7	500,0
China	6.556,0	9.070,0	10.000,0
Dinamarca	83,0	85,0	78,0
Eslováquia	112,0	112,0	57,0
Espanha	1.095,4	874,1	724,4
EUA	4.798,4	4.860,0	4.948,4
Formosa	12,6	8,1	7,0
França	2.398,2	2.079,0	2.113,4
Grécia	385,3	325,3	335,0
Holanda	640,0	670,0	600,0
Hungria	666,0	819,0	700,0
Itália	2.394,0	2.145,0	2.057,0
Japão	1.039,0	1.011,0	1.048,0
México	580,0	500,0	522,0
Noruega	43,3	58,6	50,0
Polônia	1.569,0	1.842,0	1.300,0
Reino Unido	337,0	324,6	312,4
Romênia	541,1	1.097,2	525,0
Rússia	1.425,0	1.544,0	1.230,0
Sérvia/Montenegro	204,0	190,0	195,0
Suécia	71,7	59,6	60,0
Turquia	2.100,0	2.080,0	2.000,0
Mundo	35.442,5	36.611,5	2.000,0

Fonte: USDA.

[1] Estimativa preliminar.

[2] Safras colhidas em 1995.

Real) e pela menor oferta resultante da geada no sul do país, desviou a venda das frutas que iriam para o exterior.

As frutas cujas exportações foram reduzidas foram a uva (das 12.553t de 1993 para 7.092t, em 1994), a manga (18.202t, em 1993, passando a 13.181t) e aquelas vendidas tradicionalmente para o Mercosul (abacaxi, banana, melancia e morango). Estas últimas tiveram suas exportações para os vizinhos bastante reduzidas, pois passaram de 120.455t para 63.028t, em razão de perda de competitividade. No caso da banana, entrou na Argentina o produto equatoriano.

O abacaxi, porém, esteve entre aquelas frutas que aumentaram suas exportações, em geral, no ano passado. As demais foram as frutas cítricas, lideradas pela laranja, seguidas pelo melão e a maçã. No caso desta última, é interessante observar que a tão temida concorrência argentina de há alguns anos passou à condição de definidora de uma referência de preços para o produto nacional. Atualmente, em razão de se contar com variedades novas, diferentes e de boa qualidade, como a gala e a fuji, além do menor custo da mão-de-obra (vantagem comparativa ainda não eliminada), a pomicultura brasileira é considerada competitiva. A variedade gala responde por 47% dos pomares, a fuji por 42% (no Japão, país de origem, corresponde a 80% do total das maçãs) e *a golden delicious* por 5%. Esta responde por cerca de 40% da produção da União Européia e, pelo bom rendimento físico, chegou a dominar o comércio mundial, há três décadas. Em 1994, a maçã brasileira teve como principais mercados no exterior os Países Baixos, com 75% das exportações (US$11,23 milhões) e os EUA, com 20% (US$2,99 milhões).

A safra de 1994/95 foi estimada pelo USDA em 487,5 mil toneladas, 7% acima do obtido no ano anterior, com boa qualidade, mas tamanho menor, devido à maior quantidade produzida.

Cabe aqui destacar que a Argentina tem sua produção deste ano estimada pela mesma fonte em 1,07 milhão de toneladas, 2% acima da safra precedente e quase igual ao recorde de 1986/87, que foi de 1,08 milhão de toneladas. Os argentinos estão optando cada vez mais pelas variedades *red delicious* e gala. As maçãs daquele país não costumam, em média, ter boa qualidade exportável (apenas 25% são exportadas) e cerca da metade da produção é destinada à industrialização.

Em termos de área plantada, a maçã argentina ocupa 54 mil hectares e tende a ficar estável. A área brasileira totaliza hoje 24,8 mil hectares e espera-se que chegue aos 27 mil hectares, no ano 2000.

Esta extensão já rivaliza com a do terceiro país sul-americano que se destaca na pomicultura, que é o Chile. As maçãs chilenas deverão estabilizar sua área em torno de 25,5 mil hectares, a partir do ano que vem. No entanto, os rendimentos físicos superiores fizeram com que lá se colhessem 810 mil toneladas, com predomínio das variações de *red delicious*. Os produtores locais também estão diversificando seus pomares, plantando variedades como fuji, gala, *jonathan* e *braeburn*. Isto se faz necessário pois, conforme observação do trabalho *O mercado mundial de frutas*, editado pelo Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas (Frupex), "a gama chilena não é muito variada e é considerada obsoleta, com 60% de *granny smith* e 20% de *red delicious*".

Observe-se que, segundo o Frupex, a pequena produção sul-americana (comparativamente ao total mundial) atinge apenas 5,5% da safra global, mas corresponde a 15% do comércio mundial.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

LARANJA

Fortes mudanças nas demandas externa e interna do suco de laranja

O crescimento da produção e das vendas do suco natural de laranja no país desperta o interesse das empresas para o potencial deste mercado.

Em fins de março, a Associação Brasileira de Exportadores de Citrus (Abecitrus) divulgou suas estimativas para 1995/96, da ordem de 320 milhões de caixas para a produção de laranjas e de 240 milhões de caixas para o processamento. Estes números são, respectivamente, 15,5 e 5,7% maiores do que os resultados de 1994/95.

O mercado surpreendeu-se com a avaliação da colheita. Esperava-se que a produção não ultrapassasse 300 milhões de caixas. Sintomaticamente, já no dia seguinte à divulgação dos dados da Abecitrus, a cotação do suco na Bolsa de Nova York registrou queda, com o valor dos contratos para entrega em maio caindo US¢1,35/lb e encerrando as operações a US¢102,65/lb.

Da mesma forma, os representantes dos produtores no Brasil levantaram suspeitas de que o total informado pelas indústrias se adequaria à intenção destas últimas de forçar uma desvalorização do preço a ser pago pela fruta.

Quanto custa a praticidade do suco pronto

Estimativa do custo de oportunidade do consumo de suco de laranja pronto para beber
(*dados coletados na cidade do Rio de Janeiro, em fins de março de 1995*)

Preço de venda da laranja-pêra em supermercado	R$0,29/kg
Preço de venda, em supermercado, de 1 litro do suco pronto para beber, embalado em garrafa plástica	R$1,49
Preço de venda, em supermercado, de 1 litro do suco pronto para beber, embalado em caixa tetra rex	R$1,57
Necessidade aproximada de frutas para a obtenção de 1 litro de suco	15 laranjas
Peso aproximado de 15 laranjas	4,3kg
Preço de 4,3kg de laranja	R$1,25
Suco pronto em garrafa plástica	+19,2%
Sucro pronto em caixa tetra rex	+ 25,6%

Fonte: Supermercados Sendas.

De fato, há tempos os agricultores vêm acusando a indústria de suco de agir como um cartel. Isto porque, independentemente da forma que é estabelecida para o cálculo do preço da matéria-prima, as diferentes empresas pagam o mesmo valor, sem levar em consideração o tamanho e a eficiência de cada uma das plantas industriais.

Em 1992/93, o preço da laranja atingiu recorde histórico de baixa

O atrito entre as partes atingiu uma escala elevada no ano-safra 1992/93, quando o preço final da caixa, calculado a partir da cotação média do suco concentrado na Bolsa de Nova York, foi de apenas US$0,34. A solução encontrada então foram os acordos plurianuais (um, dois ou três anos) de compra da fruta.

No entanto, esta modalidade também desagradou aos produtores. Afinal, não só se mantinha o hábito de todas as empresas pagarem o mesmo valor, como também surgiam acusações de que as empresas transformavam em preço máximo o que deveria ser o preço mínimo estabelecido nos contratos.

Este sentimento culminou, em meados de 1994, com uma representação dos produtores de laranja contra as empresas junto à Secretaria de Direito Econômico (SDE). Esta acatou a acusação de formação de cartel depois da averiguação pertinente e, após a apresentação da defesa das empresas, o processo terá sua procedência avaliada, sendo posteriormente encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Na verdade, o preço da fruta tem sido, cada vez mais, motivo de controvérsia entre citricultores e industriais. Isto porque a depressão por que vêm passando as cotações internacionais do suco concentrado transporta para um passado remoto a euforia causada pelas geadas na Flórida aos produtores e indústrias no Brasil.

Em outras palavras, a realidade do mercado do suco, hoje, é de uma oferta mundial muito ampla, com os EUA caminhando aos poucos para a autosuficiência. Neste contexto, o complexo citrícola brasileiro terá obrigatoriamente de rever seus critérios de funcionamento de mercado, uma vez que o modelo até agora vigente está ameaçado.

Neste horizonte, surgem duas vertentes: o aumento das exportações do suco concentrado congelado para novos mercados com potencial de consumo, e a expansão do consumo no Brasil do suco natural com ou sem pasteurização.

Vendas brasileiras de suco concentrado ao Japão têm aumentado

No primeiro caso, as esperanças residem, atualmente, no mercado japonês. Afinal, desde que, em abril de 1992, o Japão eliminou seu sistema de cotas de importação da bebida, as empresas brasileiras têm mantido um monitoramento constante das tendências locais de consumo, com vistas a aumentar suas vendas.

Os resultados vêm sendo animadores, embora as aquisições japonesas não tenham chegado nem mesmo a 10% do total de 1,15 milhão de toneladas

de suco concentrado vendido pelo Brasil no ano passado. Por outro lado, como, em 1994, o volume do produto brasileiro direcionado aos japoneses foi 2,3 vezes maior do que o registrado em 1992, fica evidente que o esforço de penetração tem rendido dividendos.

O preço cobrado pela bebida pronta justifica a economia de tempo, esforço e dispêndios indiretos envolvidos na preparação do suco caseiro.

De fato, os japoneses não costumam produzir quantidade suficiente de laranja (no caso, a variedade *mikan*) para atender à demanda interna de fabricação do suco. Além do mais, em 1990, foi abolida a obrigatoriedade de os importadores de suco de laranja adicionarem o suco de *mikan* ao seu produto.

Não foi por outro motivo que, já em 1991, estudo do Gatt previa uma tendência de crescimento das importações japonesas de sucos de frutas em geral, indicando que este avanço se centraria em maiores compras de concentrados. No caso da laranja, a vantagem reside no fato de o consumidor japonês preferir bebidas mais ácidas, e de ter sido prevista uma estabilização na produção local da variedade *mikan*.

Consumo interno de suco de laranja tem aumentado

Quanto ao consumo interno de suco natural de laranja, é inegável que o seu avanço, embora recente, deverá levar a uma total modificação no perfil do complexo citrícola brasileiro. Prova disso é a estimativa da Abecitrus de que, para a temporada 1995/96, os consumidores brasileiros deverão absorver 80 milhões de caixas da fruta *in natura*, ou 60% a mais do que o registrado no ano-safra precedente.

É óbvio que parte deste aumento do consumo de laranja no país provém da recente estabilização econômica e do conseqüente estímulo ao consumo em geral que ela vem gerando.

Por outro lado, nos grandes centros do país, antes da implantação da nova moeda, já havia um consistente movimento de avanço no consumo de suco natural de laranja. Este movimento foi sustentado por dois fatores sobrepostos, que atuaram muito mais de uma forma conjunta do que como causa e efeito.

O primeiro foi a tendência mundial dos consumidores de preferirem os alimentos que lhes poupem tempo e energia no preparo. A adequação do suco natural pronto para beber foi perfeita não só neste sentido, como também por ele contar com sabor agradável aos consumidores que sempre resistiram ao suco concentrado.

Sem dúvida, o sucesso das vendas do suco pronto para beber encontrou respaldo na percepção dos consumidores da relação custo/benefício embutida na preferência pelo suco pronto. Em outras palavras, aparentemente o preço cobrado pela bebida pronta justifica a economia de tempo, esforço e dispêndios indiretos envolvidos na preparação do suco caseiro.

Este custo de oportunidade pode ser aproximado: partindo-se de uma relação média de 15 laranjas para um litro de suco, ter-se-ia uma diferença a mais, no mercado da cidade do Rio de Janeiro em fins de março último, de 19 a 26% no preço da bebida pronta, em relação ao custo apenas de aquisição das frutas.

O segundo fator consistiu na disseminação das máquinas extratoras do suco natural diante do consumidor, em pontos do comércio varejista. De operação simples, vendidas ou alugadas aos comerciantes interessados, as máquinas passaram a ser encaradas como um atrativo extra em padarias, supermercados, restaurantes e lanchonetes, oferecendo produto idêntico ao doméstico, embalado em garrafas plásticas de um ou de meio litro.

Parte do aumento do consumo de laranja no país provém da recente estabilização econômica. Espera-se um crescimento de 60% para a temporada 1995/96.

Além disso, o retorno deste investimento pode ocorrer em prazo relativamente curto. A título de exemplo, em dezembro do ano passado, uma indústria carioca produtora de uma das máquinas mais baratas disponíveis divulgava que, com o preço de venda do suco a R$1,25/l e ao volume mínimo de vendas de 150l/dia, a recuperação do custo de aquisição do equipamento básico[6] se daria ao final do primeiro mês de operação.

Ao mesmo tempo, outro tipo de iniciativa passou a facultar a entrada de novos produtores de suco pasteurizado, de menor porte do que as grandes indústrias que originalmente podem atuar neste mercado, por já deterem a estrutura de pasteurização na área de laticínios. Trata-se das miniusinas de pasteurização do suco de laranja, que, a um custo de US$20 mil, podem processar até 3 mil l/hora. Elas surgiram como nova opção para os citricultores de maior porte, que desejam não só livrar-se dos contratos de fornecimento às grandes empresas de concentrado, como também aproveitar os maiores lucros advindos das vendas do produto final.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

[6] Apenas a extratora; a empresa em questão também oferece uma máquina para a lavagem das laranjas (cuja função é remover parte da acidez das frutas ao lixar as cascas com disco abrasivo auxiliado por jatos d'água). No caso da aquisição de ambas as máquinas, o prazo de retorno do investimento seria de 43 dias, considerando-se os mencionados preço do suco e volume das vendas.

O balanço da sua empresa com cobertura nacional*, na melhor publicação:

CONJUNTURA ECONÔMICA

*Você atinge todo o país e paga menos do que em um jornal local.

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1995

Resultados de março de 1995

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência em pontos de percentagem	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	1,56	100,00	1,56	0,56
Itens do IPA-DI	0,78	68,46	0,54	0,19
Alimentação	3,06	37,61	1,15	0,41
Matérias-primas brutas	-2,00	30,83	-0,62	-0,22
Algodão arbóreo	1,88	0,14	0,00	0,00
Algodão herbáceo	-0,73	1,30	-0,01	0,00
Amendoim	-16,78	0,15	-0,03	-0,01
Arroz em casca	-4,65	2,37	-0,11	-0,04
Aves	-10,06	2,16	-0,22	-0,08
Babaçu	8,33	0,06	0,01	0,00
Borracha hévea	0,00	0,12	0,00	0,00
Bovinos	-6,85	7,01	-0,48	-0,17
Cacau	8,90	0,59	0,05	0,02
Café em coco	13,19	3,24	0,43	0,15
Cana-de-açúcar	-0,96	4,72	-0,05	-0,02
Cevada	10,48	0,06	0,01	0,00
Erva-mate (bruta)	4,69	0,04	0,00	0,00
Fumo em folha	1,57	0,45	0,01	0,00
Juta	2,08	0,04	0,00	0,00
Leite *in natura*	1,34	3,36	0,05	0,02
Malva	0,00	0,05	0,00	0,00
Soja	-12,67	1,69	-0,21	-0,08
Suínos	-8,49	1,25	-0,11	-0,04
Trigo	2,16	2,03	0,04	-0,02
Itens do IPC-BR	3,24	31,54	1,02	0,36
Alimentação	3,45	29,25	1,01	0,36
Gêneros alimentícios	3,48	25,45	0,89	0,32
Adoçantes	-0,95	0,49	0,00	0,00
Arroz e feijão	-0,92	1,00	-0,01	0,00
Aves e ovos	-0,85	1,23	-0,01	0,00
Bebidas não-alcoólicas	0,41	1,39	0,01	0,00
Carne bovina	-2,53	2,35	-0,06	-0,02
Carne suína	-5,56	0,15	-0,01	0,00
Carnes e peixes industrializados	1,50	1,35	0,02	0,01
Condimentos	0,95	0,76	0,01	0,00
Doces e chocolates	2,06	0,53	0,01	0,00
Frutas	0,92	3,07	0,27	0,10
Hortaliças	11,68	4,58	0,53	0,19
Laticínios	0,81	3,16	0,03	0,01
Massas e farinhas	1,89	0,71	0,01	0,00
Óleos e gorduras	0,33	0,75	0,00	0,00
Outros gêneros alimentícios	0,12	0,20	0,00	0,00
Panificados	1,92	2,33	0,04	0,02
Pescado	3,45	0,96	0,03	0,01
Enlatados e conservas	1,49	0,46	0,01	0,00
Alimentação fora	3,26	3,80	0,12	0,04
Bebidas alcoólicas e fumo	0,54	2,29	0,01	0,00

Iabag — março de 1995

Em março o Iabag registrou alta de 1,56%, o que representa 1,04 ponto percentual de diferença em relação a fevereiro, quando foi verificada elevação de 0,52%. Os produtos pertencentes ao IPA-DI, com variação de 0,78%, exerceram influência de 34,36%, correspondente a 0,54 ponto, enquanto os componentes do IPC (alta de 3,24%) participavam com 65,64% (1,02 ponto de percentagem). A contribuição do grupo alimentação do IPA (IPA-ALI), que registrou elevação de 3,06%, foi de 1,15 ponto, e a de matérias-primas brutas (queda de 2%), de -0,62 ponto. No âmbito do IPC, alimentação, com aumento de 3,45%, foi responsável por 1,01 ponto.

Os itens de maior influência sobre o Iabag de março, conforme pode ser observado na tabela, foram bovinos, com redução de 6,85%, aves (-10,06%) e soja (-12,67%), enquanto, em sentido contrário, café em coco aumentou 13,19% — todos eles componentes de matérias-primas brutas do IPA. Pelo lado do IPC, cabe mencionar hortaliças (11,68%) e frutas (8,92%), ambos integrantes de gêneros alimentícios.

Com referência aos produtos do grupo alimentação do IPA não constantes das tabelas, que somente apresentam o resultado agregado, destacamos aqueles de maior influência no mês de março: mamão (alta de 42,46%), tomate (68,70%) e banana (15,32%).

IABAG x IGP-DI

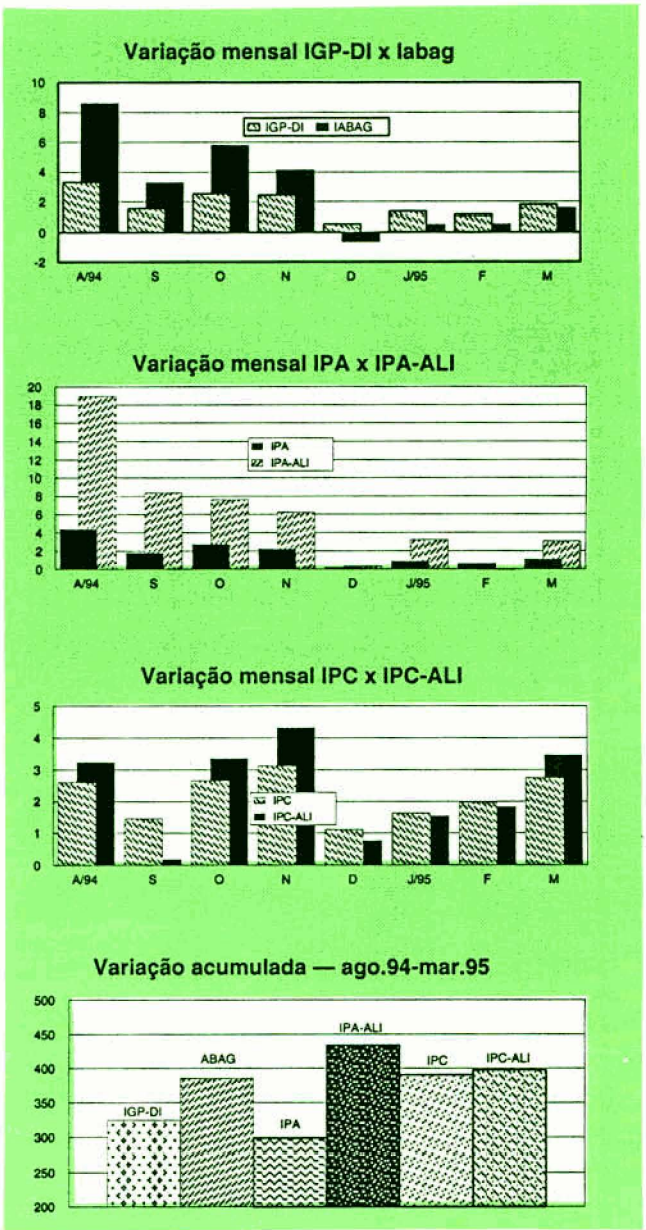
Nos últimos 12 meses, a variação acumulada do Iabag alcançou 385,09%, resultado que supera em 18,50% o do IGP-DI (324,95%). Essa diferença nos totais acumulados se formou entre julho e novembro do ano passado, quando as taxas correspondentes ao Iabag, que no primeiro semestre haviam-se mantido próximas às do IGP-DI, tornaram-se bastante superiores. Em março de 1995 o IGP-DI teve elevação de 1,81%, enquanto a do Iabag ficou em 1,56%.

IPA-DI x IPA-ALI

Na confrontação entre o IPA-DI e o IPA-gêneros alimentícios (IPA-ALI), em termos do acumulado nos últimos 12 meses, observa-se que o IPA-ALI, com 433,64%, superou o IPA (298,43%) pela significativa margem de 45,30%. É interessante notar que apenas no período que vai de agosto a novembro de 1994, o IPA-gêneros alimentícios atingiu alta acumulada de 47,4%, contra 11,5% do IPA-DI. Em março de 1995 a variação do IPA-DI foi de 1,08% e a do IPA-ALI chegou a 3,06%.

IPC x IPC-ALI

Enquanto a variação acumulada do IPC no período de 12 meses concluído em março alcançava 390,17%, a do IPC-alimentação chegou a 397,47%, ficando bem próxima (1,87%) a distância entre ambas. Em março, o IPC teve alta de 2,74% e o IPC-ALI de 3,45%.



IABAG — estrutura

O Iabag é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado-disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC). Em termos de grandes grupos, os integrantes do IPA-DI classificam-se em alimentação e matérias-primas brutas, e os produtos e serviços do IPC em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do Iabag, assim como sua influência no índice, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

RUBENS ABDELHAY

IBGE — SÍNTESE ESTATÍSTICA

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
Abacaxi	736	33	779	34	809	36	818	38	975	44
Algodão em caroço	1.821	1.895	2.076	1.830	1.885	1.878	1.135	1.060	1.363	1.184
1ª safra	38	512	39	345	22	284	8	137	17	121
2ª safra	1.783	1.383	2.038	1.484	1.863	1.594	1.127	922	1.346	1.063
Alho	71	17	85	19	78	17	87	17	85	18
Amendoim em casca	137	87	139	88	171	100	150	85	159	91
1ª safra	–	–	–	–	–	–	120	64	124	67
2ª safra	–	–	–	–	–	–	30	21	35	24
Arroz em casca	7.419	3.945	9.496	4.127	9.962	4.687	10.143	4.421	10.538	4.433
Aveia em grão	178	193	228	263	295	284	261	266	255	281
Banana	550	487	553	490	561	516	559	521	577	519
Batata-inglesa	2.219	158	2.265	161	2.421	172	2.360	162	2.440	170
1ª safra	–	–	–	–	1.406	–	1.285	92	1.330	97
2ª safra	–	–	–	–	699	–	724	54	793	58
3ª safra	–	–	–	–	317	–	350	15	317	15
Cacau	355	664	320	667	328	731	340	733	329	699
Café em coco	2.926	2.906	3.051	2.767	2.587	2.498	2.555	2.257	2.613	2.108
Cana-de-açúcar	262.605	4.271	260.839	4.211	271.432	4.201	244.303	3.863	290.211	4.347
Castanha de caju	108	583	186	645	108	695	62	689	127	627
Cebola	887	74	879	76	886	75	927	72	1.021	82
Centeio em grão	5	4	6	5	7	7	5	6	4	4
Cevada em grão	157	105	111	97	128	67	110	67	101	55
Coco-da-baía	734	214	849	228	879	236	823	228	902	233
Feijão em grão	2.219	4.680	2.749	5.443	2.795	5.142	2.480	3.886	3.333	5.470
1ª safra	–	–	–	–	1.553	–	1.343	2.324	1.638	2.928
2ª safra	–	–	–	–	1.019	–	854	1.356	1.401	2.317
3ª safra	–	–	–	–	228	–	283	207	294	224
Fumo em folha	444	272	413	286	577	343	657	372	536	338
Guaraná	2	11	2	7	2	7	2	7	2	7
Juta (fibra)	4	3	3	3	3	3	4	3	2	2
Laranja	87.531	910	94.512	981	98.286	987	93.855	799	87.231	896
Maçã	2.718	22	2.633	26	2.997	24	3.493	26	3.709	27
Malva (fibra)	19	21	12	13	19	16	17	11	16	10
Mamona	148	290	129	233	102	175	42	140	54	107
Mandioca	24.285	1.934	24.531	1.943	21.918	1.826	21.865	1.813	24.634	1.857
Milho em grão	21.341	11.389	23.739	13.110	30.557	13.389	30.004	11.868	32.394	13.755
1ª safra	–	–	–	–	29.096	–	27.739	10.747	30.069	12.333
2ª safra	–	–	–	–	1.460	–	2.266	1.121	2.325	1.422
Pimenta-do-reino	75	33	84	37	33	29	41	23	35	21
Rami (fibra)	10	7	8	6	7	5	7	5	4	3
Sisal (sisal)	185	249	234	300	204	264	126	179	132	165
Soja em grão	19.888	11.481	14.938	9.618	19.185	9.436	22.558	10.627	24.963	11.523
Sorgo em grão	236	138	254	172	285	159	251	125	289	151
Tomate	2.255	61	2.339	61	2.133	52	2.340	53	2.703	62
Trigo em grão	3.093	2.681	2.921	1.995	2.796	1.958	2.153	1.462	2.182	1.368
Uva	786	57	618	57	799	60	786	60	805	59
Total	–	49.878	–	49.997	–	50.073	–	45.945	–	50.713

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (janeiro de 1995).
* Dados sujeitos a revisão.

A safra de 1995: perspectivas otimistas

Os números divulgados pelo IBGE em março confirmam as perspectivas otimistas para a safra a ser colhida ao longo do ano. A produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá totalizar cerca de 78,8 milhões de toneladas — mais 5% em relação à excelente safra de 1994.

Estes números não levam ainda em conta a safra de inverno, que só começa a ser plantada nos próximos meses, mas os da safra do Nordeste indicam que deverá repetir-se o bom resultado de 1994. A região responde, junto com o Norte, por cerca de 12% do total nacional, e aí o crescimento da produção das lavouras deverá ser o dobro do registrado no Centro-sul (8,7 e 4,3%, respectivamente). Ainda podem ocorrer imprevistos: o excesso de chuvas pode afetar a colheita de estados como Maranhão e Piauí.

O abastecimento está garantido e o comportamento dos preços nos primeiros meses do ano confirma a impressão. A exceção é o algodão: apesar do aumento da quantidade colhida, 17,6%, os preços mostram-se satisfatórios, em função da escassez no mercado mundial. Também a produção de arroz e milho apresentou desempenho satisfatório, esperando-se um incremento de 7 e 8%, respectivamente, no total colhido, só que seus preços registram queda significativa.

Outro destaque dos números para a presente safra: o desempenho das lavouras se deve, em média, ao aumento da produtividade — a área colhida manteve-se praticamente estável, variando em apenas 0,78%.

Resta esperar que a política agrícola para a próxima safra, com a resolução de problemas pendentes, como o endividamento e a correção de financiamentos e preços mínimos, permita que esta trajetória favorável da produção agrícola, e do abastecimento, venha a repetir-se.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1994	1995	Informantes	1994	1995
Abacaxi	85,67	37,33	38,33	86,87	845,75	837,76
Algodão em caroço: arbóreo	100,00	121,10	110,34	100,00	16,90	19,87
herbáceo	98,99	1.049,60	1.171,35	99,75	1.346,92	1.584,31
Alho	1,09	0,19	0,18	0,61	0,52	0,57
Amendoim em casca: 1ª safra	100,00	66,98	67,81	100,00	124,31	124,57
2ª safra	81,89	19,72	19,72	86,52	29,89	29,98
Arroz em casca	95,28	4.206,87	4.125,60	96,80	10.163,68	10.843,53
Banana	89,83	464,71	461,98	86,95	500,25	501,91
Batata-inglesa: 1ª safra	100,00	97,91	98,07	100,00	1.357,46	1.413,72
2ª safra	82,20	48,31	48,90	75,09	604,48	649,93
Cacau	91,95	643,06	641,29	89,42	296,33	291,41
Café em coco	90,51	1.901,35	1.877,51	92,98	2.433,67	2.287,85
Cana-de-açúcar	99,17	4.312,77	4.394,32	99,30	289.913,56	296.717,89
Castanha de caju	100,00	627,56	644,11	100,00	126,25	172,98
Cebola	93,38	76,08	67,20	92,23	939,69	812,25
Coco-da-baía	73,14	169,97	171,07	72,45	653,63	667,51
Feijão em grão: 1ª safra	100,00	2.922,27	2.729,99	100,00	1.677,32	1.546,95
2ª safra	73,39	1.702,28	1.708,34	72,12	1.006,68	1.045,88
3ª safra	2,13	4,84	4,57	3,30	9,81	9,11
Fumo em folha	94,72	321,25	288,70	96,98	527,20	477,71
Guaraná	7,49	0,54	0,55	9,75	0,20	0,23
Laranja	92,99	833,12	820,97	92,69	80.739,01	80.325,49
Maçã	100,00	26,67	26,89	100,00	3.666,84	3.800,49
Malva (fibra)	3,26	0,33	0,09	1,48	0,24	0,07
Mamona	100,00	105,89	78,36	100,00	53,50	53,08
Mandioca	80,68	1.492,84	1.631,94	80,16	19.614,27	21.604,32
Milho em grão: 1ª safra	97,40	12.004,31	12.181,53	98,74	29.788,99	31.921,07
2ª safra	36,14	514,00	708,47	43,54	1.008,84	1.396,73
Pimenta-do-reino	10,36	2,16	2,14	14,24	5,00	4,97
Sisal (sisal)	100,00	164,79	164,46	100,00	131.421,00	131,63
Soja em grão	100,00	11.514,43	11.532,43	100,00	24.911,35	25.287,46
Sorgo em grão	70,74	106,35	102,34	71,70	206,58	213,97
Tomate	99,08	60,99	60,28	99,66	2.668,80	2.565,60
Trigo em grão	0,35	4,68	3,08	0,82	17,37	13,26
Uva	100,00	60,10	59,08	100,00	806,68	799,23
Total		45.685,31	46.041,98			

Nota: As colunas "informantes" registram a participação das unidades da Federação que informaram a área e a produção de cada produto em relação ao respectivo total do Brasil. Última previsão (março de 1995).

EUA — frangos

Para 1995 a previsão é de que as exportações norte-americanas de frangos absorvam 12% da produção, o dobro do registrado no início da década.

1992 a 1995 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Exportação	Consumo interno	Estoque final	Consumo *per capita* (kg/ano)
1992	135,9	9.469,5	674,5	8.764,2	166,7	30,3
1993	166,7	9.972,8	890,6	9.086,7	162,2	31,0
1994	162,2	10.717,0	1.288,8	9.382,5	207,9	31,6
1995[1]	207,9	11.419,8	1.381,7	10.024,0	222,0	33,4

Fonte: USDA (março de 1995).
[1] Previsão.

EUA — perus

O consumo *per capita* norte-americano de carne de peru praticamente não tem oscilado desde 1992.

1992 a 1995 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Exportação	Consumo interno	Estoque final	Consumo *per capita* (kg/ano)
1992	119,6	2.164,0	77,1	2.083,3	123,2	8,2
1993	123,2	2.173,0	96,0	2.087,4	112,8	8,1
1994	112,8	2.237,8	106,9	2.125,9	117,8	8,2
1995[1]	117,8	2.371,5	113,3	2.240,1	135,9	8,5

Fonte: USDA (março de 1995).
[1] Previsão.

EUA — carnes vermelhas

A desvalorização do peso mexicano deverá causar avanço de 10% nas importações de carne bovina dos EUA para aquele país em 1995, elevando em 7% as compras totais de carnes vermelhas.

1992 a 1995 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Exportação	Importação	Consumo interno	Estoque final	Consumo *per capita* (kg/ano)
1992	371,5	18.563,0	787,8	1.420,2	19.223,5	343,4	55,2
1993	343,4	18.463,8	778,3	1.446,9	19.068,1	407,7	54,2
1994	407,7	19.352,6	964,4	1.443,7	19.784,8	454,8	55,6
1995[1]	454,8	19.619,5	1.013,8	1.547,0	20.227,4	380,1	56,3

Fonte: USDA (março de 1995).
[1] Previsão.

EUA — carnes vermelhas e de aves

O consumo *per capita* de carnes nos EUA deverá alcançar recorde histórico em 1995, chegando a nível 6% superior ao da média dos anos 1990-94.

1992 a 1995 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Exportação	Importação	Consumo interno	Estoque final	Consumo *per capita* (kg/ano)
1992	631,9	30.432,1	1.558,3	1.420,2	30.288,1	637,8	94,4
1993	637,8	30.843,4	1.790,7	1.446,9	30.451,1	686,3	94,0
1994	686,3	32.538,1	2.401,4	1.443,7	31.480,3	786,4	96,1
1995[1]	786,4	33.646,6	2.554,0	1.547,0	32.683,5	742,5	99,0

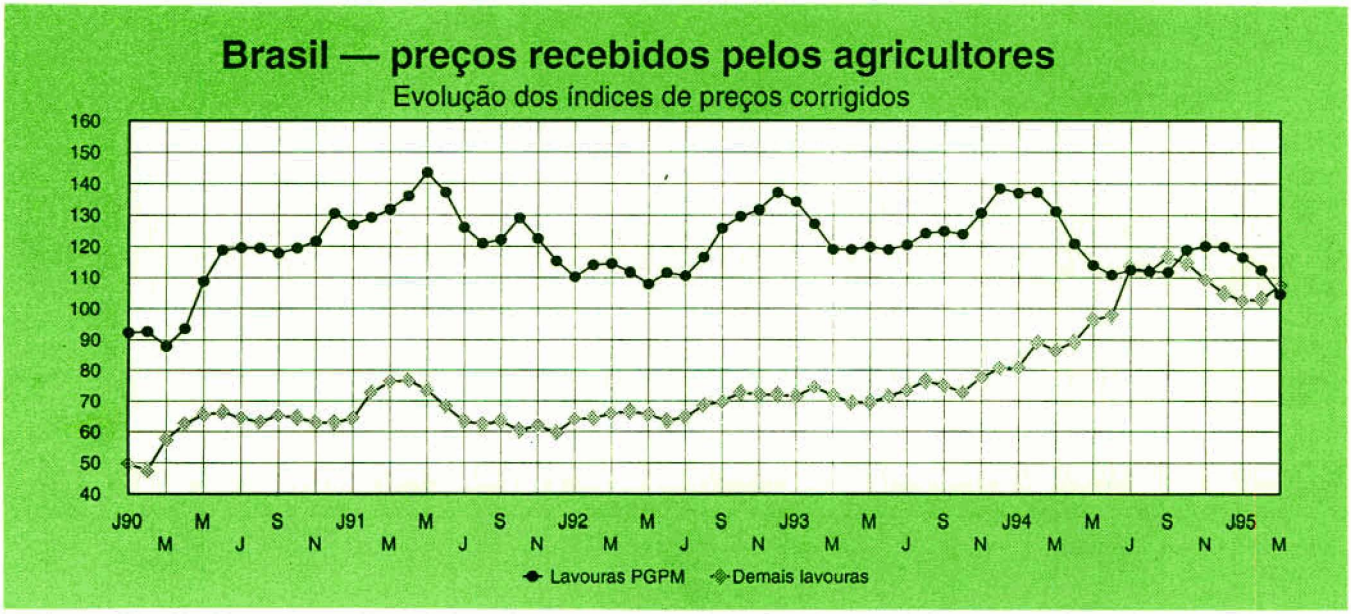
Fonte: USDA (março de 1995).
[1] Previsão.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
1994	111,809	120,542	100,938	108,685	110,630
Jan. 93	0,383	0,494	0,263	0,408	0,390
Fev.	0,477	0,592	0,347	0,517	0,488
Mar.	0,577	0,708	0,427	0,663	0,603
Abr.	0,730	0,908	0,529	0,870	0,773
Maio	0,970	1,209	0,701	1,132	1,020
Jun.	1,277	1,569	0,943	1,470	1,337
Jul.	1,717	2,098	1,280	2,026	1,813
Ago.	2,371	2,886	1,777	2,852	2,520
Set.	3,234	3,975	2,388	3,808	3,412
Out.	4,306	5,332	3,138	4,799	4,459
Nov.	6,244	7,701	4,578	6,470	6,307
Dez.	8,935	11,109	6,471	8,927	8,913
Jan. 94	12,641	15,632	9,229	12,216	12,466
Fev.	18,735	22,305	14,478	16,425	17,879
Mar.	26,103	30,876	20,382	23,581	25,174
Abr.	35,845	40,526	29,942	33,022	34,806
Maio	50,354	53,874	45,587	46,378	48,890
Jun.	72,980	76,818	67,744	73,149	73,035
Jul.	97,452	97,111	97,989	96,121	96,984
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848
Nov.	110,429	114,424	104,110	115,871	112,339
Dez.	109,175	114,836	100,499	115,512	111,387
Jan. 95	107,853	113,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,90	110,41	101,21	107,54	107,19
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Enquanto as dificuldades de comercialização deprimem os preços das lavouras atendidas pelas PGPM, as demais lavouras registram recuperação.



ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

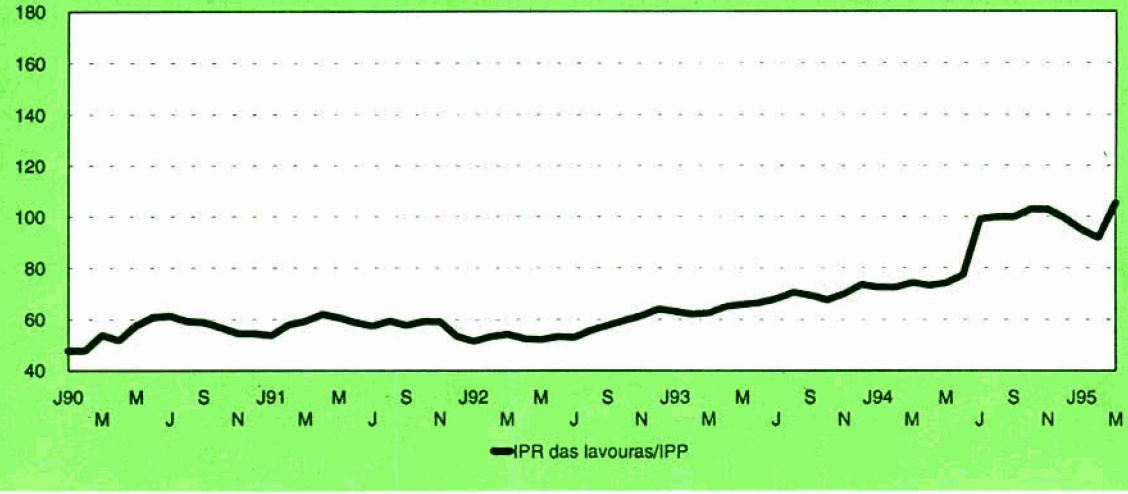
Brasil — índice de preços pagos pelos agricultores — valores nominais
(base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,003	0,004	0,003	0,004	0,003	0,004	0,004
1991	0,017	0,020	0,018	0,017	0,013	0,020	0,018
1992	0,177	0,209	0,201	0,223	0,188	0,180	0,196
1993	3,584	3,765	3,916	4,157	4,010	3,705	3,829
1994	127,985	126,232	127,133	128,569	126,955	135,771	128,825
Jan. 93	0,571	0,643	0,616	0,710	0,539	0,624	0,617
Fev.	0,710	0,798	0,796	0,893	0,765	0,774	0,786
Mar.	0,837	0,969	0,987	1,137	0,905	0,982	0,963
Abr.	1,073	1,197	1,256	1,331	1,162	1,156	1,187
Maio	1,364	1,498	1,617	1,620	1,482	1,741	1,548
Jun.	1,857	1,910	2,136	2,189	2,062	2,031	2,007
Jul.	2,524	2,577	2,794	2,740	2,802	2,644	2,660
Ago.	3,411	3,494	3,668	3,907	3,792	3,349	3,571
Set.	4,615	4,761	4,972	5,253	5,113	4,949	4,913
Out.	6,152	6,449	6,650	7,161	6,943	6,404	6,582
Nov.	8,358	8,905	9,219	9,823	9,497	8,620	9,006
Dez.	11,533	11,981	12,275	13,122	13,053	11,182	12,103
Jan. 94	16,417	16,707	16,680	18,305	17,726	17,368	17,146
Fev.	24,387	24,387	24,562	25,332	24,634	24,710	24,626
Mar.	35,352	33,306	34,265	33,999	33,072	33,515	33,826
Abr.	49,184	45,979	48,026	48,162	47,570	46,985	47,426
Maio	67,446	66,388	68,037	63,333	64,876	64,852	65,812
Jun.	93,932	96,199	97,448	89,323	98,184	90,327	94,289
Jul.	97,496	98,627	99,945	96,465	99,932	95,074	97,841
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700
Nov.	104,794	103,058	100,304	108,168	100,000	134,784	109,203
Dez.	106,705	102,540	100,300	106,988	100,000	149,653	111,988
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	112,025	115,412
Fev.	105,949	104,451	102,151	110,674	99,666	169,459	116,747

Nos últimos meses a relação de trocas reverte sua trajetória, conseqüência tanto da queda nos preços recebidos quanto do aumento dos preços pagos pelos agricultores.

Brasil — relação de trocas (IPR/IPP)

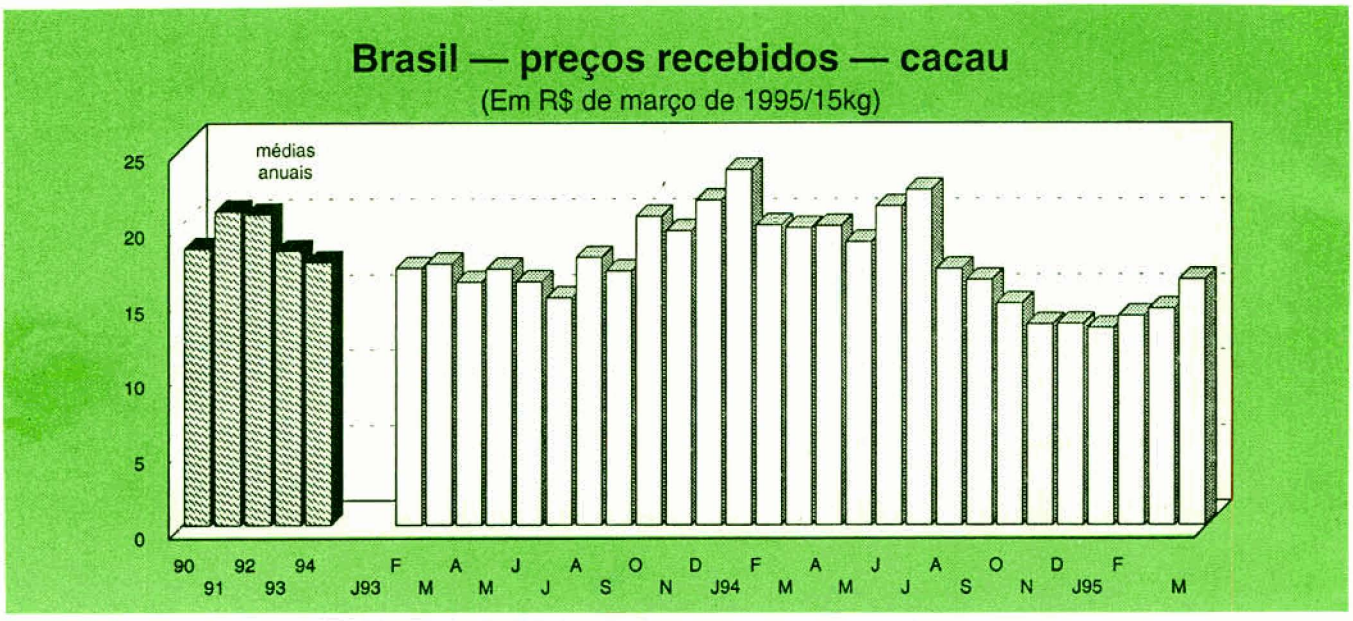
Evolução dos índices de preços corrigidos



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de março de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,55	0,47	0,28	0,37	0,43	18,36	0,73	15,95
1991	0,57	0,56	0,36	0,38	0,46	20,80	0,69	17,05
1992	0,50	0,39	0,27	0,28	0,30	20,60	0,60	17,70
1993	0,56	0,50	0,26	0,29	0,33	18,20	0,76	15,81
1994	0,52	0,40	0,23	0,33	0,46	17,44	1,19	14,83
Jan. 93	0,61	0,35	0,30	0,25	0,33	17,04	0,88	14,13
Fev.	0,65	0,31	0,28	0,27	0,27	17,33	0,75	16,68
Mar.	0,67	0,42	0,25	0,27	0,27	16,12	0,75	15,58
Abr.	0,59	0,49	0,24	0,28	0,28	16,99	0,63	15,66
Maio	0,56	0,53	0,23	0,29	0,47	16,15	0,63	15,00
Jun.	0,55	0,52	0,23	0,30	0,58	15,09	0,66	15,64
Jul.	0,53	0,49	0,23	0,34	0,45	17,76	0,73	15,81
Ago.	0,53	0,57	0,26	0,36	0,35	16,86	0,83	16,27
Set.	0,52	0,64	0,27	0,33	0,22	20,46	0,83	15,66
Out.	0,49	0,60	0,27	0,29	0,17	19,51	0,78	16,11
Nov.	0,51	0,54	0,28	0,26	0,24	21,53	0,80	16,59
Dez.	0,51	0,50	0,31	0,25	0,27	23,54	0,82	16,55
Jan. 94	0,52	0,43	0,32	0,27	0,32	19,89	0,79	16,36
Fev.	0,57	0,37	0,28	0,28	0,49	19,71	0,88	17,74
Mar.	0,59	0,39	0,25	0,32	0,49	19,84	0,87	16,58
Abr.	0,60	0,36	0,22	0,31	0,62	18,79	0,92	17,01
Maio	0,62	0,38	0,22	0,33	0,53	21,13	1,20	16,83
Jun.	0,59	0,40	0,23	0,34	0,38	22,22	1,34	16,75
Jul.	0,47	0,36	0,20	0,30	0,36	17,00	1,60	13,44
Ago.	0,45	0,37	0,20	0,35	0,38	16,26	1,46	13,02
Set.	0,44	0,38	0,21	0,35	0,54	14,72	1,49	12,88
Out.	0,44	0,45	0,22	0,37	0,52	13,33	1,40	12,75
Nov.	0,44	0,46	0,21	0,38	0,47	13,35	1,25	12,28
Dez.	0,44	0,45	0,22	0,39	0,41	13,09	1,10	12,35
Jan. 95	0,44	0,42	0,22	0,41	0,41	13,89	1,03	12,00
Fev.	0,44	0,39	0,20	0,40	0,39	14,36	1,06	11,91
Mar.	0,44	0,30	0,18	0,43	0,36	16,30	1,14	11,70

Apesar da quebra da safra temporã, as cotações do cacau continuam abaixo da média dos últimos anos.



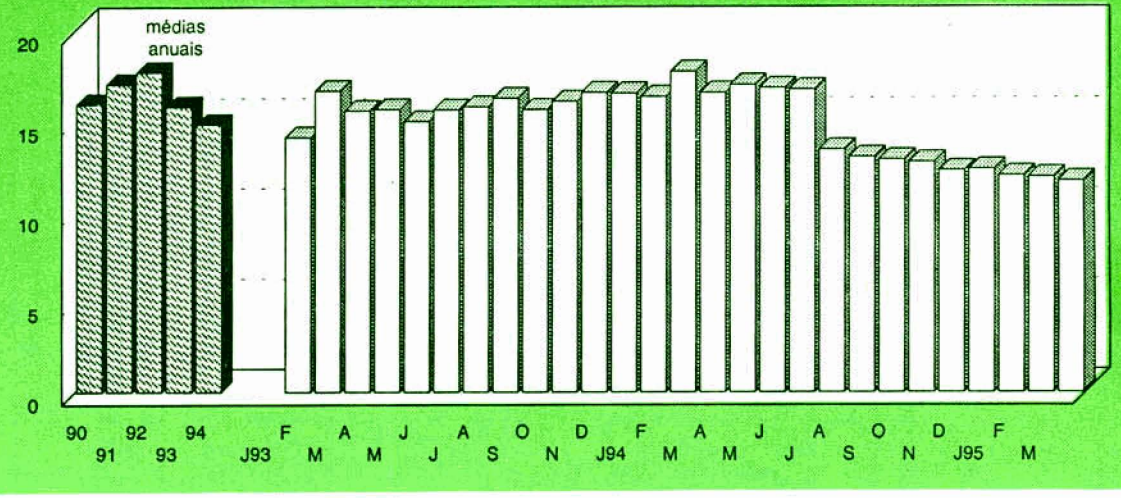
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de março de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,85	1,88	3,91	0,19	56,72	0,23	0,51	0,18
1991	0,84	1,95	3,01	0,20	67,93	0,28	0,44	0,18
1992	0,65	2,71	2,96	0,18	76,78	0,29	0,41	0,22
1993	0,82	2,43	2,34	0,19	76,19	0,29	0,39	0,20
1994	0,91	1,89	2,87	0,15	49,71	0,23	0,44	0,15
Jan. 93	0,78	2,50	2,42	0,21	88,70	0,31	0,34	0,22
Fev.	0,70	2,56	2,94	0,19	88,80	0,30	0,45	0,22
Mar.	0,70	2,45	2,75	0,17	88,43	0,27	0,42	0,21
Abr.	0,85	2,52	2,52	0,17	87,72	0,25	0,52	0,20
Maio	0,97	2,47	2,35	0,17	79,61	0,25	0,41	0,21
Jun.	0,92	2,43	1,93	0,17	78,40	0,26	0,51	0,21
Jul.	0,75	2,46	1,74	0,17	73,96	0,31	0,39	0,20
Ago.	0,75	2,31	1,86	0,19	63,40	0,31	0,33	0,20
Set.	0,77	2,29	1,99	0,19	64,39	0,29	0,25	0,19
Out.	0,75	2,33	2,02	0,19	67,22	0,29	0,27	0,18
Nov.	0,88	2,31	2,60	0,21	66,52	0,30	0,30	0,18
Dez.	1,02	2,46	3,01	0,22	67,13	0,31	0,43	0,18
Jan. 94	1,01	2,18	3,64	0,21	65,84	0,31	0,54	0,17
Fev.	1,35	2,17	3,73	0,17	72,33	0,30	0,45	0,17
Mar.	1,65	2,08	3,32	0,16	60,91	0,27	0,45	0,15
Abr.	1,37	2,03	3,14	0,15	50,61	0,25	0,40	0,16
Maio	0,93	2,17	2,58	0,15	43,50	0,26	0,31	0,16
Jun.	0,72	2,21	2,48	0,14	41,78	0,27	0,24	0,16
Jul.	0,64	1,75	2,18	0,13	32,42	0,20	0,23	0,14
Ago.	0,58	1,69	2,14	0,12	41,56	0,19	0,39	0,13
Set.	0,57	1,63	2,41	0,12	42,71	0,19	0,65	0,13
Out.	0,74	1,59	2,67	0,13	42,28	0,18	0,66	0,14
Nov.	0,71	1,61	2,93	0,14	49,90	0,18	0,50	0,14
Dez.	0,64	1,60	3,23	0,14	52,68	0,18	0,41	0,15
Jan. 95	0,58	1,64	3,49	0,12	59,63	0,18	0,28	0,14
Fev.	0,57	1,63	2,93	0,11	61,80	0,17	0,37	0,14
Mar.	0,57	1,60	3,26	0,10	63,82	0,15	0,48	0,14

Com o preço ainda controlado pelo governo, a cana-de-açúcar não acompanha, no mercado interno, a recuperação das cotações do açúcar no mercado internacional.

Brasil — preços recebidos — cana-de-açúcar

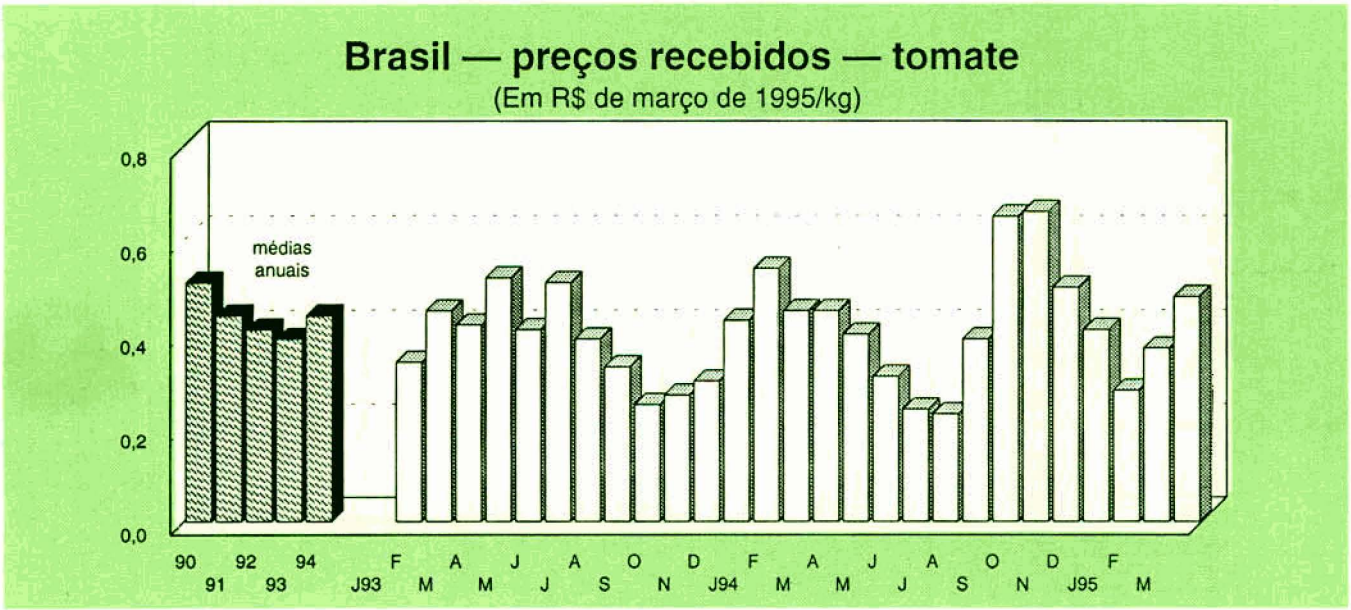
(Em R$ de março de 1995/t)



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de março de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,74	0,27	1,32	0,20	0,35	181,00	36,88	887,99
1991	0,44	0,22	1,08	0,20	0,31	160,34	33,99	716,08
1992	0,46	0,24	0,89	0,18	0,26	146,13	32,43	612,85
1993	0,47	0,27	0,96	0,19	0,22	157,49	34,37	654,05
1994	0,33	0,25	1,38	0,21	0,12	162,79	30,13	728,67
Jan. 93	0,57	0,21	0,89	0,21	0,66	163,52	36,31	643,43
Fev.	0,55	0,22	0,91	0,20	0,53	166,30	34,07	656,73
Mar.	0,60	0,22	0,83	0,20	0,49	163,39	33,02	634,31
Abr.	0,69	0,23	0,71	0,21	0,50	164,97	33,33	631,72
Maio	0,72	0,28	0,75	0,19	0,51	160,16	31,54	655,33
Jun.	0,67	0,35	0,79	0,21	0,00	151,13	29,83	652,90
Jul.	0,49	0,32	0,90	0,19	0,00	146,99	31,78	642,09
Ago.	0,51	0,28	0,88	0,17	0,00	154,92	38,30	667,15
Set.	0,33	0,29	1,25	0,17	0,00	159,89	38,21	672,40
Out.	0,18	0,32	1,24	0,17	0,00	151,89	35,49	669,65
Nov.	0,21	0,29	1,37	0,19	0,00	154,02	35,19	667,55
Dez.	0,15	0,26	1,02	0,19	0,00	152,72	35,39	655,34
Jan. 94	0,18	0,27	0,98	0,19	0,39	158,05	34,81	660,43
Fev.	0,35	0,28	0,92	0,21	0,36	157,51	32,07	638,91
Mar.	0,39	0,32	0,97	0,26	0,32	159,81	32,29	631,35
Abr.	0,34	0,33	1,45	0,26	0,32	161,27	31,57	650,44
Maio	0,39	0,30	1,74	0,26	0,00	162,65	28,04	698,25
Jun.	0,32	0,27	1,28	0,21	0,00	179,63	33,96	780,12
Jul.	0,34	0,20	1,42	0,16	0,00	151,67	25,56	676,14
Ago.	0,30	0,20	1,51	0,15	0,00	159,09	26,33	717,02
Set.	0,29	0,21	1,49	0,18	0,00	161,30	26,05	750,34
Out.	0,38	0,22	1,60	0,20	0,00	168,82	29,92	808,86
Nov.	0,36	0,21	1,63	0,22	0,00	168,19	31,48	846,33
Dez.	0,38	0,22	1,56	0,22	0,00	165,46	29,46	885,82
Jan. 95	0,37	0,23	1,44	0,22	0,54	156,79	25,97	837,76
Fev.	0,42	0,22	1,49	0,23	0,39	155,83	25,16	827,71
Mar.	0,40	0,23	1,55	0,25	0,45	149,47	24,00	801,37

A sazonalidade do tomate se reflete nas intensas flutuações de seus preços.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de março de 1995/unidade)

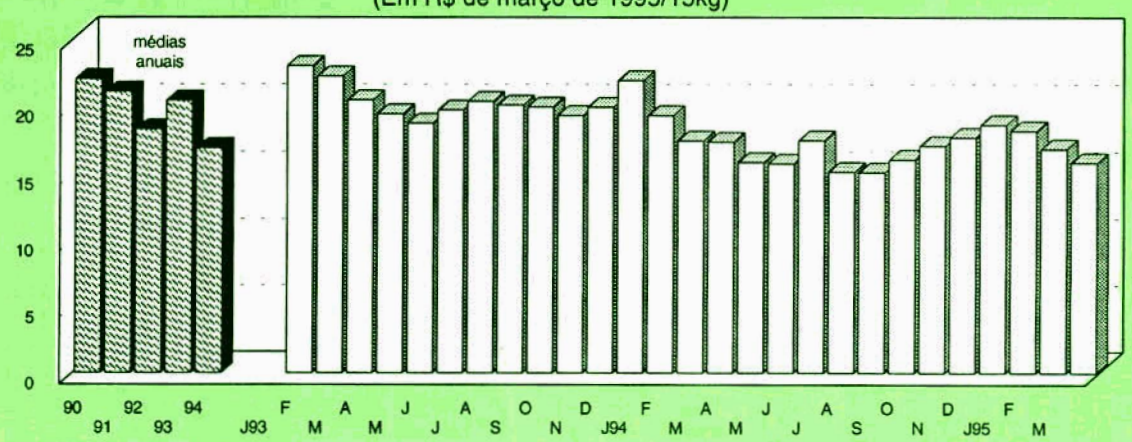
Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	544,87	22,04	1,60	0,37	32,98	0,99	3,71	338,99
1991	447,73	21,09	1,36	0,35	19,47	0,87	4,34	293,08
1992	382,19	18,27	1,20	0,33	30,84	0,84	2,80	272,89
1993	406,86	20,42	1,21	0,34	25,62	0,94	2,91	286,08
1994	443,32	16,88	1,04	0,28	27,15	0,80	3,02	287,38
Jan. 93	404,64	23,00	1,35	0,28	35,40	0,85	2,67	298,10
Fev.	412,06	22,23	1,27	0,30	32,16	0,99	2,76	298,57
Mar.	402,84	20,45	1,23	0,32	29,60	1,09	2,65	286,57
Abr.	399,61	19,41	1,18	0,35	26,74	1,11	2,63	280,00
Maio	403,81	18,72	1,10	0,38	23,11	1,03	2,83	271,38
Jun.	394,54	19,70	1,08	0,39	20,61	1,06	2,88	262,16
Jul.	388,20	20,35	1,19	0,40	20,52	1,02	3,04	265,58
Ago.	413,51	20,08	1,24	0,38	24,44	0,97	3,21	287,79
Set.	418,16	19,93	1,23	0,36	25,00	0,88	3,14	302,87
Out.	414,11	19,30	1,16	0,33	22,94	0,79	3,01	297,06
Nov.	418,18	19,92	1,20	0,31	23,78	0,73	3,10	286,84
Dez.	412,69	21,91	1,26	0,30	23,15	0,78	3,02	296,03
Jan. 94	414,84	19,30	1,23	0,28	26,02	0,79	2,88	290,94
Fev.	409,07	17,42	1,15	0,27	24,22	0,82	2,66	283,76
Mar.	401,49	17,33	1,10	0,27	24,84	0,86	2,70	291,48
Abr.	401,81	15,82	1,09	0,27	26,46	0,88	2,74	294,53
Maio	435,92	15,72	1,08	0,30	27,54	0,88	2,98	275,87
Jun.	470,25	17,44	1,08	0,29	28,00	0,90	3,19	312,20
Jul.	405,22	15,10	0,97	0,27	25,63	0,85	2,84	263,97
Ago.	441,42	15,08	0,95	0,27	25,36	0,82	2,99	273,37
Set.	452,65	16,03	0,88	0,28	27,46	0,74	3,07	276,10
Out.	480,48	17,04	0,91	0,27	30,43	0,66	3,25	290,03
Nov.	494,65	17,65	1,00	0,27	29,40	0,68	3,33	300,33
Dez.	512,00	18,60	1,03	0,27	30,47	0,69	3,57	296,02
Jan. 95	478,91	18,14	1,00	0,28	32,21	0,70	4,09	272,54
Fev.	466,66	16,81	0,89	0,26	30,66	0,66	4,26	272,20
Mar.	448,86	15,79	0,78	0,26	31,47	0,62	4,37	259,45

Fontes dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.

Dada a abundante oferta, a recuperação dos preços não se manteve. A atividade, contudo, tem uma compensação nas baixas cotações do milho.

Brasil — preços recebidos — suíno

(Em R$ de março de 1995/15kg)



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 24 de abril e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de maio de 1995.

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Abril 1994	Março 1995	1 a 20 Abril 1995	13 a 20 Abril 1995	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A		
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,18	14,27	13,46	12,85	13,46		12,30			11,55					11,24		↘	Projeções de maior oferta no Brasil, Índia, Tailândia e Paquistão pressionam as cotações para baixo.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	79,80	104,72	106,52	111,68	106,52		99,90			84,18		78,19			79,28		↗	Rumores de que a China realizará grandes compras e problemas climáticos no plantio da safra 1995/96 devem pressionar as cotações.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.116,56	1.362,17	1.331,46	1.365,75	1.331,46		1.347,00		1.368,23			1.400,23			1.431,46		→	A elevada relação estoques mundiais/moagens segura as cotações próximo ao nível de US$1.300/t.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	83,39	174,78	166,52	168,01	166,52		168,65		169,94			170,19			170,83		↗	— O Brasil ainda não definiu que sistema de controle das exportações adotará: quotas ou retenção. — A liberação de recursos pelo CMN para financiar a estocagem é fator de sustentação de preços.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Produtos / Preços	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Abril 1994	Março 1995	1 a 20 Abril 1995	13 a 20 Abril 1995	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A		
Milho two yellow US¢/ bushel	267,07	246,32	248,98	245,00	248,98		255,60		260,94			263,04			270,90		↗	**A** China volta a importar dos EUA.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	655,28	576,60	578,69	568,88	578,69		590,19	594,62	597,56		605,25		612,71		620,19		→	**O** mercado assimilou a grande produção sul-americana e as estatísticas dos EUA repercutem pouco.
Soja-farelo US$/ tonelada	188,18	163,40	168,92	164,70	168,92		173,83	175,87	177,75	179,30		182,35	183,50				↗	**A** demanda internacional continua elevada.
Trigo soft red US¢/ bushel	329,08	348,86	351,04	351,25	351,04		349,04		354,58			367,05			371,44		↘	**A**pesar da redução da safra mundial, a oferta ainda é grande e há indefinições pelo lado da demanda.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	102,30	103,71	109,12	113,40	109,12		112,58		115,93		112,10		113,43		115,01		→	**M**ercado sob impacto das avaliações da safra brasileira de laranjas 1994/95 acima do inicialmente esperado.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para março de 1995. Os valores de abril são nominais.

Produtos / Preços	Abril 1994	Março 1995	1 a 20 Abril 1995	13 a 20 Abril 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	35,32	24,89	24,48	24,20	→	Quase 50% da safra ainda estão para ser colhidos. Esta entrada de produto segura as cotações no mercado interno.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	33,93	24,93	23,60	23,31	↘	Mercado plenamente abastecido. Dificuldades dos produtores em tomar empréstimos de estocagem reforçam a posição vendedora do mercado.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	141,23	171,81	168,44	167,77	→	Prováveis alterações na sistemática dos leilões dos estoques governamentais devem contribuir para acalmar o mercado.
Boi gordo R$/arroba	33,69	24,07	23,17	23,50	→	Consumo permanece retraído e oferta continua folgada.

Fontes dos dados brutos: Algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos \ Preços	Abril 1994	Março 1995	1 a 20 Abril 1995	13 a 20 Abril 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	99,12	31,91	31,50	33,50	→	O mercado está muito bem abastecido pelas remessas da segunda safra, que partem de Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.
Frango vivo R$/kg	0,64	0,61	0,51	0,50	→	Recuperação da demanda no Dia das Mães pode conter queda.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	10,43	6,85	6,89	6,93	→	Interrupção da colheita para dar vazão à soja e indefinição da política agrícola freiam depreciação ditada pela elevada safra.
Soja-grão industrial R$/60kg	16,61	9,59	9,73	9,63	→	Permanece a pressão baixista provocada pela entrada da safra.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Quanto custa a cesta básica em vários países

O Economic Research Service, do USDA, fez publicar, no mais recente número da *Food Review* (v. 17, n. 3), um estudo referente ao tempo que se tem de trabalhar para adquirir diversos alimentos em diferentes capitais mundiais. O ERS admite que as comparações são difíceis, em razão das variações da renda pessoal e das políticas sociais vigentes em cada país. O Foreign Agricultural Service coletou os preços no varejo das capitais de 16 países (Berna, Suíça; Bonn, Alemanha; Brasília, Brasil; Buenos Aires, Argentina; Camberra, Austrália; Londres, Grã-Bretanha; Madri, Espanha; Cidade do México, México; Ottawa, Canadá; Paris, França; Pretória, África do Sul; Roma, Itália; Seul, Coréia do Sul; Estocolmo, Suécia; Tóquio, Japão e a capital dos EUA, Washington). A "cesta de mercado" consistiu em 15 produtos alimentícios, a maioria minimamente processados (como leite, óleo comestível e queijo *cheddar*) e alguns não-processados (batata e maçã). O custo dos alimentos, individualmente, e o da cesta total basearam-se em uma libra-peso (454g) de arroz, farinha, carnes bovina e suína desossadas, frangos inteiros, manteiga, queijo *cheddar*, batata, maçã, laranja, café e açúcar; 1/4 de galão de óleo, leite integral e uma dúzia de ovos.

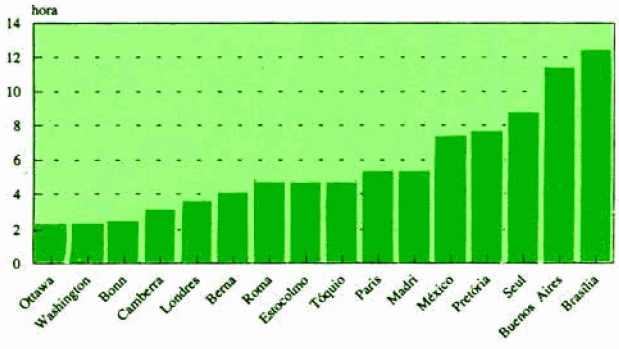
Os salários foram baseados em dados do FMI e da Organização Internacional do Trabalho, sendo que, para a Argentina, usou-se uma publicação oficial do

Produtos selecionados — tempo de trabalho necessário para a compra em diferentes capitais — 1993
(em horas e minutos)

Produtos	Berna	Bonn	Brasília	Buenos Aires	Camberra	Londres	Madri	México	Ottawa	Paris	Pretória	Roma	Seul	Estocolmo	Tóquio	Washington
Carne de boi s/osso	1:00	0:27	1:04	0:50	0:22	0:37	0:52	0:53	0:19	0:51	0:43	0:42	2:11	0:46	1:14	0:21
Carne de porco s/osso	0:21	0:14	1:16	1:23	0:10	0:25	0:36	0:55	0:15	0:30	0:26	0:24	0:25	0:48	0:21	0:24
Frango inteiro	0:08	0:05	0:29	0:24	0:07	0:08	0:13	0:17	0:05	0:23	0:17	0:14	0:13	0:18	0:09	0:04
Ovos grandes	0:18	0:05	0:30	0:37	0:08	0:13	0:15	0:19	0:05	0:14	0:18	0:14	0:21	0:15	0:05	0:05
Manteiga	0:19	0:09	0:47	0:50	0:08	0:11	0:28	0:27	0:12	0:18	0:31	0:21	0:45	0:14	0:14	0:09
Cheddar	0:25	0:18	1:08	0:10	0:13	0:18	0:39	0:57	0:23	0:23	0:43	0:27	1:11	0:27	0:22	0:18
Leite integral	0:05	0:03	0:31	0:17	0:04	0:05	0:07	0:10	0:06	0:08	0:14	0:08	0:16	0:05	0:05	0:04
Óleo de cozinha	0:14	0:05	0:39	0:49	0:11	0:10	0:25	0:17	0:10	0:19	0:27	0:08	0:21	0:31	0:09	0:07
Batata	0:03	0:02	0:32	0:16	0:05	0:04	0:04	0:23	0:03	0:07	0:11	0:05	0:16	0:03	0:08	0:04
Maçã	0:09	0:07	1:21	1:10	0:12	0:11	0:13	0:23	0:08	0:10	0:22	0:10	0:31	0:09	0:10	0:08
Laranja	0:07	0:08	0:12	0:54	0:10	0:12	0:10	0:11	0:08	0:12	0:09	0:13	0:15	0:09	0:12	0:07
Farinha	0:05	0:02	0:25	0:18	0:07	0:05	0:07	0:09	0:04	0:10	0:14	0:04	0:06	0:06	0:05	0:03
Arroz	0:09	0:11	0:28	0:59	0:06	0:10	0:17	0:18	0:08	0:18	0:20	0:15	0:22	0:14	0:09	0:06
Açúcar	0:04	0:05	0:24	0:14	0:05	0:06	0:09	0:11	0:02	0:11	0:13	0:08	0:09	0:06	0:06	0:05
Café	0:34	0:40	2:49	2:05	0:59	0:58	0:50	1:27	0:24	1:07	2:45	1:09	1:34	0:34	1:28	0:30
Total	4:03	2:42	12:37	11:14	3:07	3:52	5:26	7:19	2:31	5:20	7:53	4:42	8:56	4:46	4:57	2:35

Fonte: USDA.

Produtos selecionados — tempo de trabalho necessário para a compra em diferentes capitais — 1993
(em horas)



governo daquele país, e para o Brasil, uma instituição privada de pesquisa, não especificada. Os salários são os médios da indústria de cada país, usados como aproximação para os salários da capital, para os quais não há informações disponíveis. Assim, indivíduos cujos salários são significativamente maiores (ou menores) do que a média do país precisarão trabalhar menos (ou mais) para comprar a cesta de mercado dos alimentos.

Das 16 cidades, os consumidores de Brasília, Buenos Aires e de Seul são aqueles que precisam trabalhar mais.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

FAO

informações selecionadas à venda

A Fundação Getulio Vargas dispõe de publicações da FAO em inglês, francês e espanhol, sobre os seguintes temas:

- Agricultura
- Produção e Proteção Vegetal
- Produção e Saúde Animal
- Florestas
- Pesca
- Fomento de Terras e Águas
- Desenvolvimento Econômico e Social
- Alimentação e Nutrição
- Obras Gerais
- Publicações Oficiais

Editora da FGV
Praia de Botafogo 190 sala 607
22253-900 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 536.9196 - Fax: (021) 551.1596

A Lei nº 9.019 estabelece finalmente as normas relativas à aplicação de medidas antidumping e direitos compensatórios, complementação necessária ao funcionamento de uma economia aberta, a fim de que a entrada dos produtos importados se faça sem prejuízos indevidos para o produtor local. A medida já vinha existindo sob forma de medida provisória desde meados do ano passado, mas por sua própria característica de precariedade dificultava a tomada de providências. Espera-se que, a partir de agora, o combate a práticas de comércio desleal se torne uma medida rotineira.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Medida Provisória nº 929, de 1-3-1995

Altera o art. 4 da Lei nº 8.427, de 27-5-1972, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural (equalização de juros). D.O.U.: 2-3-1995.

Portaria Interministerial nº 113, de 23-3-1995, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e do Ministério da Fazenda

Estabelece direitos compensatórios provisórios sobre as importações de coco ralado provenientes das Filipinas, Indonésia, Sri Lanka e Costa do Marfim, e de leite de coco do Sri Lanka. D.O.U.: 28-3-1995.

Lei nº 9.019, de 30-3-1995

Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências.

Faço saber que o presidente da República adotou a Medida Provisória nº 926, de 1995, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os direitos antidumping e os direitos compensatórios, provisórios ou definitivos, de que tratam o Acordo Antidumping e o Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, aprovados, respectivamente, pelos Decretos Legislativos nºs 20 e 22, de 5 de dezembro de 1986, e promulgados pelos Decretos nº 93.941, de 16 de janeiro de 1987, e nº 93.962, de 22 de janeiro de 1987, decorrentes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio — Gatt, adotado pela Lei nº 313, de 30 de julho de 1948, e ainda o Acordo sobre Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994 e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, anexados ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio — OMC, parte integrante da Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do Gatt, assinada em Marraqueche, em 12 de abril de 1994, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgada pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, serão aplicados mediante a cobrança de importância, em moeda corrente do país, que corresponderá a percentual da margem de *dumping* ou do montante de subsídios, apurados em processo administrativo, nos termos dos mencionados acordos, das decisões PC/13, PC/14, PC/15 e PC/16 do Comitê Preparatório e das partes contratantes do Gatt, datadas de 13 de dezembro de 1994, e desta lei, suficientes para sanar dano ou ameaça de dano à indústria doméstica.

Parágrafo único. Os direitos antidumping e os direitos compensatórios serão cobrados independentemente de quaisquer obrigações de natureza tributária relativas à importação dos produtos afetados.

Art. 2º Poderão ser aplicados direitos provisórios durante a investigação, quando da análise preliminar verificar-se a existência de indícios da prática de *dumping* ou de concessão de subsídios, e que tais práticas causam dano, ou ameaça de dano, à indústria doméstica, e se julgue necessário impedi-las no curso da investigação.

Parágrafo único. O termo "indústria doméstica" deverá ser entendido conforme o disposto nos acordos antidumping e nos acordos de subsídios e direitos compensatórios, mencionados no art. 1º,

abrangendo as empresas produtoras de bens agrícolas, minerais ou industriais.

Art. 3º A exigibilidade dos direitos provisórios poderá ficar suspensa, até decisão final do processo, a critério das autoridades referidas no art. 6º desta lei, desde que o importador ofereça garantia equivalente ao valor integral da obrigação e demais encargos legais, que consistirá em:

I — depósito em dinheiro; ou

II — fiança bancária.

§ 1º A garantia deverá assegurar, em todos os casos, a aplicação das mesmas normas que disciplinam a hipótese de atraso no pagamento de tributos federais, inclusive juros, desde a data de vigência dos direitos provisórios.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal — SRF, do Ministério da Fazenda, disporá sobre a forma de prestação e liberação da garantia referida neste artigo.

§ 3º O desembaraço aduaneiro dos bens objeto da aplicação dos direitos provisórios dependerá da prestação da garantia a que se refere este artigo.

Art. 4º Poderá ser celebrado com o exportador ou o governo do país exportador compromisso que elimine os efeitos prejudiciais decorrentes da prática de *dumping* ou de subsídios.

§ 1º O compromisso a que se refere este artigo será celebrado perante a Secretaria de Comércio Exterior — Secex, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, submetido a homologação conjunta das autoridades a que se refere o art. 6º desta lei.

§ 2º Na hipótese de homologação de compromisso, a investigação será suspensa, sem a imposição de direitos provisórios ou definitivos, ressalvado o disposto nos acordos antidumping e nos acordos de subsídios e direitos compensatórios, mencionados no art. 1º.

Art. 5º Compete à Secretaria de Comércio Exterior — Secex, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, mediante processo administrativo, apurar a margem de *dumping* ou montante de subsídio, a existência de dano ou ameaça de dano, e a relação causal entre esses.

Art. 6º Compete aos ministros da Fazenda e da Indústria, do Comércio e do Turismo, mediante portaria conjunta, fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios, a que se refere o art. 3º desta lei.

Parágrafo único. O ato de imposição de direitos antidumping ou compensatórios, provisórios ou definitivos, deverá indicar o prazo de vigência, o produto atingido, o valor da obrigação, o país de origem ou de exportação, o nome do exportador e as razões pelas quais a decisão foi tomada.

Art. 7º O cumprimento das obrigações resultantes da aplicação dos direitos antidumping e dos direitos compensatórios, sejam definitivos ou provisórios, será condição para a introdução no comércio do país de produtos objeto de *dumping* ou subsídio.

§ 1º Será competente para a cobrança dos direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, quando se tratar de valor em dinheiro, bem como, se for o caso, para sua restituição, a SRF do Ministério da Fazenda.

§ 2º Verificado inadimplemento da obrigação, a SRF encaminhará a documentação pertinente à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inserção do débito em Dívida Ativa da União e respectiva cobrança.

Art. 8º Os direitos antidumping ou compensatórios, provisórios ou definitivos, somente serão aplicados sobre bens despachados para consumo a partir da data da publicação do ato que os estabelecer, excetuando-se os casos de retroatividade previstos nos acordos antidumping e nos acordos de subsídios e direitos compensatórios, mencionados no art. 1º.

Art. 9º Os direitos terão vigência temporária a ser definida no ato de seu estabelecimento, observado que:

I — os provisórios terão vigência não superior a 120 dias, salvo no caso de direitos antidumping quando, por decisão dos ministros da Fazenda e da Indústria, do Comércio e do Turismo, poderão vigorar por um período de até 180 dias, observado o disposto nos acordos antidumping mencionados no art. 1º;

II — os definitivos ou compromisso homologado só permanecerão em vigor durante o tempo e na medida necessária para eliminar ou neutralizar as práticas de *dumping* e a concessão de subsídios que estejam causando dano. Em nenhuma hipótese vigorarão por mais de cinco anos, exceto quando, no caso de revisão, se mostre necessário manter a medida para impedir a continuação ou repetição do dano causado pelas importações objeto de *dumping* ou subsídio.

Parágrafo único. Os exportadores envolvidos no processo de investigação que desejarem a extensão para até seis meses do prazo de vigência de direitos antidumping provisórios, nos termos do inciso I deste artigo, deverão apresentar à Secex solicitação formal nesse sentido, no prazo máximo de 30 dias antes do término do período de vigência do direito.

Art. 10. Para efeito de execução orçamentária, as receitas oriundas da cobrança dos direitos antidumping e dos direitos compensatórios, classificadas como receitas originárias, serão enquadradas na categoria de entradas compensatórias previstas no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11. Os ministros da Fazenda e da Indústria, do Comércio e do Turismo poderão editar, em conjunto, normas complementares a esta lei.

Art. 12. O processo administrativo a que se referem os arts. 1º e 5º atenderá, no que couber, ao disposto na Resolução nº 1.227, de 14 de maio de 1987, com as alterações da Resolução nº 1.582, de 17 de fevereiro de 1989, ambas da extinta Comissão de Política Aduaneira — CPA.

Art. 13. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 879, de 30 de janeiro de 1995.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revoga-se o § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977.

Senado Federal, em 30 de março de 1995
174º da Independência e 107º da República
Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional [D. O. U.: 31-3-1995]

Portaria nº 131, de 7-4-1995, do Ministério da Fazenda

Fixa preços-base da tonelada de cana-de-açúcar. [Quadros republicados em D. O. U. 11-4-1995]. D.O.U.: 10-4-1995.

Portaria nº 184, de 7-4-1995, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária. Dispõe sobre importações de amêndoas secas e fermentadas de cacau. D.O.U.: 10-4-1995.

Decreto nº 1.453, de 11-4-1995

Altera para zero, até 30-4-1995, as alíquotas *ad valorem* do imposto de importação sobre produtos que enumera (milho, tomate etc.). D.O.U.: 11-4-1995.

Portaria Interministerial nº 216, de 14-4-1995, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária e do Ministério da Fazenda

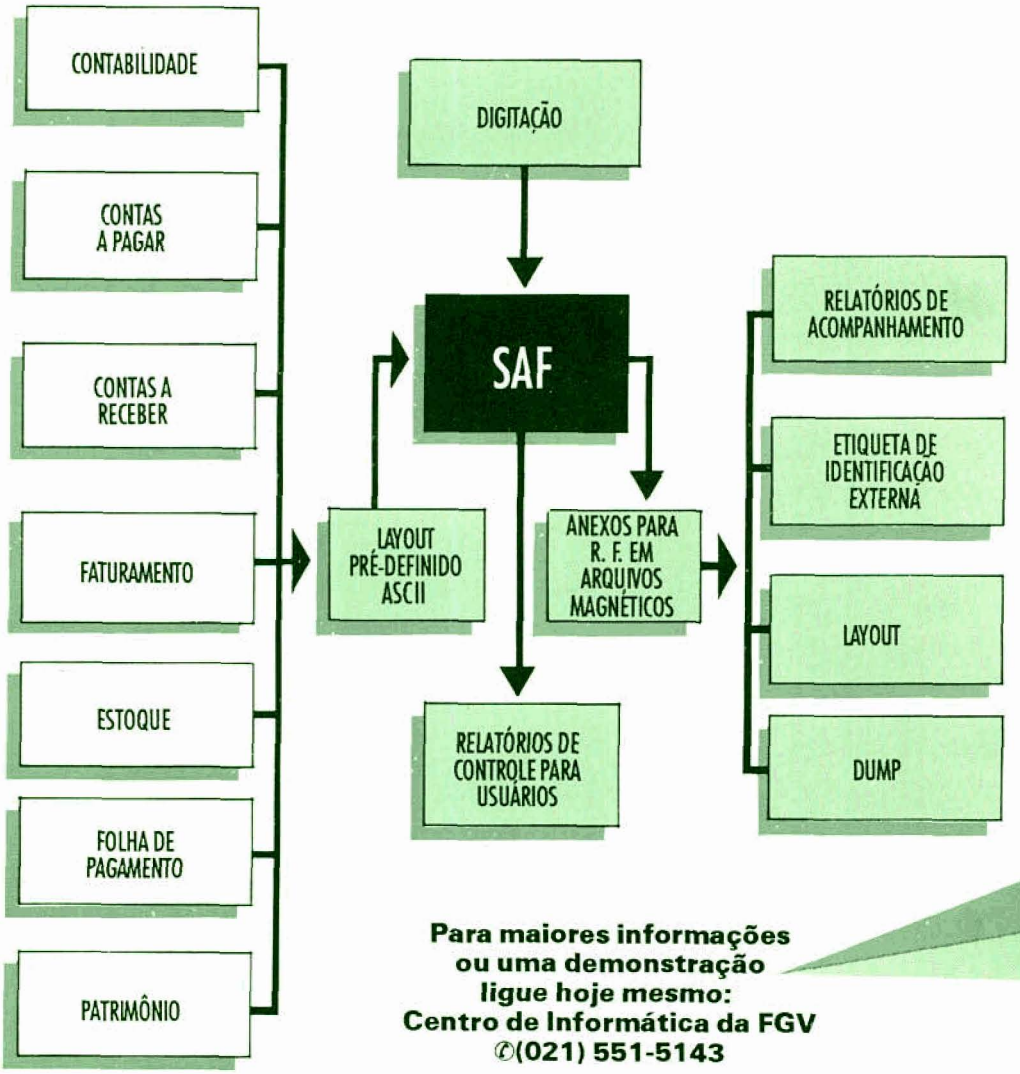
Dispõe sobre subvenção econômica sob forma de equalização de preços. D.O.U.: 17-4-1995.

SISTEMA DE AUDITORIA FISCAL

MASTER-SAF

Desenvolvido pelo Centro de Informática da FGV em parceria com a SPP - Sistemas e Programas Personalizados, para ambientes SCO-UNIX, XENIX, MSDOS, IBM-AIX e HP-UX, entre outros.

- ❖ Atende plenamente a Instrução Normativa 65/93 da Receita Federal, gerando todos os arquivos magnéticos exigidos, a partir de dados de qualquer sistema.
- ❖ Composto de aproximadamente 70 programas, é multiempresa, multifilial e multiusuário.
- ❖ Configuração dinâmica de cores e *help-on-line*.



Para maiores informações ou uma demonstração ligue hoje mesmo:
Centro de Informática da FGV
✆(021) 551-5143

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

SPP SISTEMAS

Etanol, um combustível limpo



ALFRED SZWARC

O fato de que cerca da metade da demanda atual de petróleo, ou seja, 19% do consumo global de energia, é utilizada para movimentar uma frota de aproximadamente 550 milhões de veículos indica que os veículos automotores são uma importante fonte de poluição atmosférica. Especialistas em proteção ambiental admitem, inclusive, que a frota de veículos automotores gera mais poluição do ar que qualquer outra atividade humana e, por isso, tem também uma importância significativa no problema das alterações climáticas.

Em termos de poluição atmosférica, a utilização de etanol apresenta alguns aspectos interessantes. O primeiro se refere à qualificação do etanol como combustível alternativo limpo, em 1990, pela legislação ambiental norte-americana (1990 Clean Air Act Amendments — Title II). A razão para esta qualificação é que, em comparação com a gasolina e o óleo diesel, as emissões da combustão do etanol são, em geral, menores e menos agressivas.

A quantidade de compostos de enxofre, olefinas e aromáticos, inclusive benzeno e hidrocarbonetos poliaromáticos, é praticamente nula nos veículos a etanol. As emissões de combustível não-queimado consistem, basicamente, em etanol e aldeídos.

O etanol apresenta uma capacidade menor de formação de oxidantes fotoquímicos (O_3) na atmosfera que a maioria dos hidrocarbonetos, especialmente as olefinas, sendo também considerado menos tóxico. A emissão de aldeídos é composta sobretudo de acetaldeído (85%), formaldeído (14%) e outros aldeídos (1%). Em termos gerais, pode-se afirmar que a emissão de aldeídos é três a quatro vezes superior à dos veículos a gasolina, que emitem principalmente formaldeído. Embora os veículos a etanol emitam mais aldeídos, deve-se reconhecer que o acetaldeído é menos problemático que o formaldeído, tanto por sua menor reatividade fotoquímica como pela menor toxicidade. Além disso, o formaldeído apresenta potencial carcinogênico.

A emissão de aldeídos dos veículos brasileiros vem sendo reduzida gradativamente, podendo ser caracterizada, para os veículos ano-modelo 1994 como de 0,03g/km para os veículos a etanol e 0,01g/km para os veículos a gasool (gasolina com 22% de etanol em volume). A combustão do etanol tem também o potencial de gerar menos partículas e óxidos de nitrogênio (NO) que a gasolina e o óleo diesel.

Na utilização de misturas gasolina-etanol (até 10% em volume nos EUA e até 22% no Brasil), o álcool transfere para a gasolina grande parte de suas características benéficas: o monóxido de carbono (CO), por exemplo, pode ser reduzido em cerca de 60%.

Quando utilizado puro, a menor volatilidade do etanol tem um aspecto positivo, pois resulta em menor emissão de vapor do que a gasolina.

É fato conhecido que o etanol, pelo fato de ser produzido a partir da biomassa, apresenta um grande potencial como alternativa de combate ao aquecimento global (efeito estufa).

Pode-se admitir, dentro de um ciclo integrado de produção e uso de etanol, como o existente no Brasil, que a emissão do CO_2 gerado ao longo do processo produtivo e do uso do combustível é contrabalançada pela sua fixação na cana-de-açúcar, por meio da fotossíntese. Desta maneira, a contribuição para o aumento do CO_2 na atmosfera, devido ao uso do veículo a etanol, é praticamente nula. Por outro lado, no caso de uso de combustíveis de origem fóssil, o carbono retirado do subsolo é emitido para a atmosfera como CO_2 e, não tendo a possibilidade de ser reciclado, aumenta a carga de CO_2 na atmosfera. Portanto, pode-se afirmar que cada veículo a etanol em circulação que substitui um veículo movido a gasolina ou óleo diesel "economiza" a emissão de CO_2 correspondente ao veículo substituído.

Admitindo-se as médias de emissão de CO_2 igual a 200g/km para os veículos a gasolina e de distância percorrida de 15 mil quilômetros/ano, verifica-se que cada milhão de veículos a etanol em circulação representa uma "economia" de 3 milhões de toneladas/ano de CO_2. Considerando que a frota brasileira de veículos a álcool é de 4,2 milhões, observa-se que o Brasil já reduziu 20% do seu potencial de emissão de CO_2, antecipando-se aos acordos internacionais.

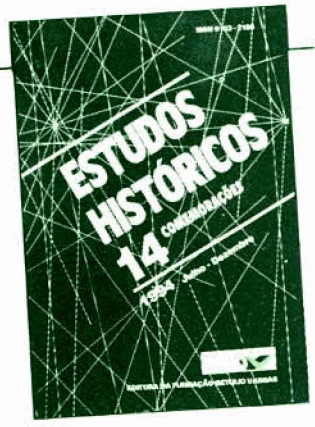
No caso de misturas de hidrocarbonetos e etanol, pode-se admitir que a economia de CO_2 é da mesma ordem de grandeza do conteúdo do etanol no combustível.

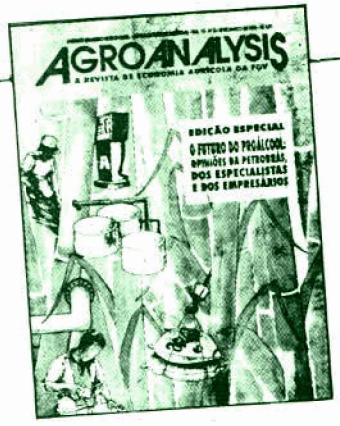
Como se pode verificar por esta rápida análise, o etanol é um combustível limpo e o seu uso no Brasil é uma resposta pragmática ao desafio de termos em nosso país uma alternativa energética ecologicamente adequada.

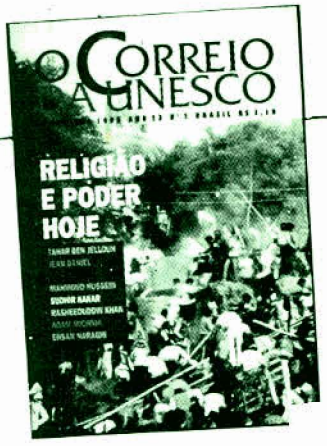
Alfred Szwarc é engenheiro e diretor de engenharia ambiental da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb).

Para conhecer melhor nossas revistas, adquirir uma assinatura nova ou fazer sua renovação, entre em contato com qualquer um de nossos representantes de assinatura ou procure uma de nossas livrarias.









REPRESENTANTES DE VENDAS

SÃO PAULO
LOURIVAL DE SOUZA AYRES
Rua dos Navegantes, 242 - Vl. Penteado
Fone: (011) 427-2989

SANTO ANDRÉ/SP
JOÃO BOSCO DOS SANTOS
Rua das Figueiras, 2584 - B. Campestre
Fone: (011) 712-5877 e 440-2909
Fax: (011) 454-9003

RIO DE JANEIRO
AZIK KAUFMANN
Av. 13 de Maio, 47 - sala 2010
Fone: (021) 262-9654
Teletrim: (021) 546-1636 - cod: 700-1000

BRASÍLIA
CLAUDIO HERRERA
SDS Bl. D Entrada 27 sala 31
Fone: (061) 226-7093

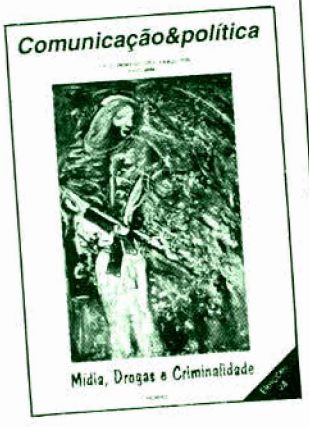
BELO HORIZONTE
GLOSS COM. REPRESENTAÇÃO
Rua São Paulo, 1631 - sala 402
Fone: (031) 291-6853

PORTO ALEGRE
CIA DE VENDAS ESTADUAIS
Rua Vigário José Inácio, 399-CJ. 311
Fone: (051) 224-5680

RECIFE
INACROSS COM. REPRESENTAÇÃO
Rua Gervásio Pires, 149 - sala 02
Fone: (081) 221-2047









LIVRARIAS FGV

SÃO PAULO
LIVRARIA PREFEITO FARIA LIMA
Av. 09 de Julho, 2029
Fone: (011) 281-7875

RIO DE JANEIRO
LIVRARIA J. CARNEIRO FELIPE
Praia de Botafogo, 188
Fone: (021) 536-9105

BRASÍLIA
LIVRARIA DE BRASÍLIA (FGV)
L2 Norte, 602 - Módulos A-B-C
Fone: (061) 226- 0033

50 Anos de Brasil
50 Anos de Fundação Getulio Vargas

Um livro fundamental para a compreensão da evolução política e econômica do Brasil nos últimos 50 anos.

Comemorando seu 50º aniversário a Fundação Getulio Vargas, testemunha privilegiada das radicais transformações ocorridas no Brasil e no mundo na segunda metade deste século, apresenta esta valorosa contribuição à compreensão de nossa história, através dos estudos de Bolívar Lamounier, Dionísio Dias Carneiro e Marcelo de Paiva Abreu.

1ª edição - Dezembro / 94
292p. - R$ 35,00

50

À Venda nas Livrarias ou na FGV

Praia de Botafogo, 190 - 6º andar

22253-900 - Rio de Janeiro, RJ

Tel: (021) 536-9198 - FAX: (021) 551-0948